



**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**31 de dezembro de 2013**  
**com Relatório dos Auditores**  
**Independentes**

**Índice**

<b>Demonstrações financeiras</b>	
• Balanços patrimoniais	4
• Demonstrações de resultado	6
• Demonstrações do resultado abrangente	7
• Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
• Demonstrações dos fluxos de caixa	9
• Demonstrações do valor adicionado	10
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>	
<b>1</b> Informações gerais	<b>11</b>
<b>2</b> Concessões	<b>12</b>
<b>3</b> Resumo das principais políticas contábeis	
3.1 Base de preparação	15
3.2 Conversão de moeda estrangeira	15
3.3 Caixa e equivalentes de caixa	16
3.4 Ativos financeiros	16
3.5 Clientes	17
3.6 Almoxarifado	17
3.7 Ativo financeiro – concessões do serviço público	17
3.8 Intangível	17
3.9 Imobilizado	17
3.10 Outros investimentos	18
3.11 Provisão para redução ao valor recuperável	18
3.12 Financiamentos e empréstimos	18
3.13 Fornecedores	18
3.14 Provisões	19
3.15 Benefícios pós emprego	19
3.16 Participação nos lucros	20
3.17 Capital social	20
3.18 Lucro por ação	20
3.19 Adiantamento para futuro aumento de capital	20
3.20 Encargos setoriais	20
3.21 Imposto de renda e contribuição social	21
3.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos	21
3.23 Compromissos com o meio ambiente	22
3.24 Subvenções governamentais	22
3.25 Reconhecimento da receita	22
3.26 Demonstrações de fluxo de caixa	23
3.27 Demonstrações do valor adicionado (DVA)	23
3.28 Reapresentação das cifras comparativas	23
3.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que foram emitidas e entraram em vigor no exercício de 2012	24
3.30 Exigências futuras – aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013	25
3.31 Exigências futuras – aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014	26
3.32 Ativos e passivos regulatórios	26
<b>4</b> Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	<b>26</b>
<b>5</b> Caixa e equivalente de caixa	<b>27</b>
<b>6</b> Clientes	<b>28</b>
<b>7</b> Tributos e contribuições sociais	<b>31</b>

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

---

<b>8</b>	<b>Direito de ressarcimento</b>	<b>32</b>
<b>9</b>	<b>Almoxarifado</b>	<b>32</b>
<b>10</b>	<b>Cauções e depósitos vinculados</b>	<b>32</b>
<b>11</b>	<b>Serviços em curso</b>	<b>33</b>
<b>12</b>	<b>Outros</b>	<b>33</b>
<b>13</b>	<b>Ativo financeiro – concessão de serviço público</b>	<b>33</b>
<b>14</b>	<b>Intangível</b>	<b>34</b>
<b>15</b>	<b>Imobilizado</b>	<b>36</b>
<b>16</b>	<b>Financiamentos e empréstimos</b>	<b>37</b>
<b>17</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>41</b>
<b>18</b>	<b>Tributos e contribuições sociais</b>	<b>42</b>
<b>19</b>	<b>Obrigações estimadas</b>	<b>43</b>
<b>20</b>	<b>Obrigações de ressarcimento</b>	<b>43</b>
<b>21</b>	<b>Benefício pós-emprego</b>	<b>44</b>
<b>22</b>	<b>Encargos setoriais</b>	<b>51</b>
<b>23</b>	<b>Pesquisa e desenvolvimento</b>	<b>51</b>
<b>24</b>	<b>Provisão para contingências</b>	<b>52</b>
<b>25</b>	<b>Outros</b>	<b>56</b>
<b>26</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</b>	<b>57</b>
<b>27</b>	<b>Capital social</b>	<b>58</b>
<b>28</b>	<b>Prejuízo por ação</b>	<b>58</b>
<b>30</b>	<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>60</b>
<b>30</b>	<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>64</b>
<b>31</b>	<b>Custo de operação, custo do serviço prestado a terceiros e despesas operacionais</b>	<b>66</b>
<b>32</b>	<b>Resultado financeiro</b>	<b>69</b>
<b>33</b>	<b>Valor novo de reposição</b>	<b>69</b>
<b>34</b>	<b>Plano Nacional de universalização do acesso e uso de energia elétrica</b>	<b>69</b>
<b>35</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>70</b>
<b>36</b>	<b>Seguros</b>	<b>71</b>
<b>37</b>	<b>Transações com partes relacionadas</b>	<b>71</b>
<b>38</b>	<b>Remuneração de empregados e administradores</b>	<b>74</b>
<b>39</b>	<b>Remuneração do pessoal chave</b>	<b>74</b>
<b>40</b>	<b>Treinamento e desenvolvimento de pessoal</b>	<b>74</b>
<b>41</b>	<b>Leilão de energia</b>	<b>74</b>
<b>42</b>	<b>Questões ambientais</b>	<b>75</b>
<b>43</b>	<b>Compromissos operacionais de longo prazo</b>	<b>76</b>
<b>44</b>	<b>Instrumentos financeiros e gestão de riscos</b>	<b>76</b>
<b>45</b>	<b>Informações por segmento de negócios</b>	<b>82</b>
<b>46</b>	<b>Continuidade operacional</b>	<b>83</b>
<b>47</b>	<b>Eventos subsequentes</b>	<b>83</b>

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
<b>Ativo</b>			Reapresentado (Nota 3.28)	Reapresentado (Nota 3.28)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.646	46.006	39.365
Clientes	6	231.241	224.884	197.019
Tributos e contribuições sociais	7	10.762	7.446	6.029
Direito de ressarcimento	8	6.730	6.128	7.108
Almoxarifado	9	5.040	5.693	5.838
Serviços em curso	11	23.998	19.407	12.657
Outros	12	19.218	15.272	10.346
		<u>322.635</u>	<u>324.836</u>	<u>278.362</u>
<b>Não Circulante</b>				
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				
Clientes	6	171.341	162.023	189.915
Tributos e contribuições sociais	7	5.968	6.079	4.782
Cauções e depósitos vinculados	10	40.852	45.822	33.344
Ativo financeiro - concessões de serviço público	13	587.852	449.738	339.518
Outros	12	3.948	3.980	3.804
		<u>809.961</u>	<u>667.642</u>	<u>571.363</u>
Investimentos		168	168	168
Intangível	14	43.809	82.063	101.746
Imobilizado	15	24.088	26.739	24.243
		<u>878.026</u>	<u>776.612</u>	<u>697.520</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>1.200.661</u></b>	<b><u>1.101.448</u></b>	<b><u>975.882</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>			Reapresentado (Nota 3.28)	Reapresentado (Nota 3.28)
<b>Circulante</b>				
Financiamentos e empréstimos	16	236.368	96.042	127.541
Fornecedores	17	141.121	130.620	80.831
Tributos e contribuições sociais	18	44.799	43.819	36.569
Obrigações estimadas	19	13.650	12.627	11.291
Obrigações de ressarcimento	20	50.752	34.198	30.311
Benefício pós-emprego	21	5.023	6.637	19.607
Encargos setoriais	22	497	2.421	11.536
Pesquisa e desenvolvimento	23	19.200	9.913	10.514
Outros	25	30.585	33.134	22.993
		<u>541.995</u>	<u>369.411</u>	<u>351.193</u>
<b>Não Circulante</b>				
Financiamentos e empréstimos	16	393.387	351.630	225.731
Fornecedores	17	6.427	11.270	
Provisão para contingências	24	83.473	94.026	86.880
Adiantamentos para futuro aumento de capital	26	7.698	176.514	97.354
Benefício pós-emprego	21	162.282	137.897	63.458
Pesquisa e desenvolvimento	23	13.383	16.343	10.781
Tributos e contribuições sociais	18	9.130	8.009	10.599
Outros	25	4.286	4.286	4.286
		<u>680.066</u>	<u>799.975</u>	<u>499.089</u>
<b>Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)</b>				
Capital social	27	726.447	525.484	525.484
Prejuízos acumulados		(583.356)	(446.207)	(329.261)
Outros resultados abrangentes		(164.491)	(147.215)	(70.623)
		<u>(21.400)</u>	<u>(67.938)</u>	<u>125.600</u>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>1.200.661</u></b>	<b><u>1.101.448</u></b>	<b><u>975.882</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u> Reapresentado (Nota 3.28)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	29	921.456	889.567
<b>Custo Operacional</b>			
<b>Custo com Energia Elétrica</b>	30		
Energia elétrica comprada para revenda		(504.780)	(462.514)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(21.464)	(59.274)
		<u>(526.244)</u>	<u>(521.788)</u>
<b>Custo de Operação</b>	31		
Pessoal, material e serviços de terceiros		(215.397)	(153.164)
Depreciação e amortização		(23.897)	(20.888)
Outros		(10.768)	(15.083)
		<u>(250.062)</u>	<u>(189.135)</u>
<b>Custo de Construção</b>	29	<u>(104.440)</u>	<u>(117.870)</u>
<b>Lucro Bruto</b>		40.710	60.774
<b>Despesas Operacionais</b>	31	<u>(175.846)</u>	<u>(197.883)</u>
<b>Prejuízo do Serviço de Energia Elétrica</b>		<u>(135.136)</u>	<u>(137.109)</u>
<b>Resultado Financeiro</b>	32	<u>(25.730)</u>	9.529
<b>Prejuízo operacional antes da Lei 12.783/13</b>		<u>(160.866)</u>	<u>(127.580)</u>
Ganho sobre a Lei 12.783/13	33	23.717	10.634
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u>(137.149)</u>	<u>(116.946)</u>
<b>Prejuízo básico por ação</b>	28	<u>(0,19)</u>	<u>(0,22)</u>
<b>Prejuízo diluído por ação</b>	28	<u>(0,09)</u>	<u>(0,10)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u> Reapresentado (Nota 3.28)	<u>2011</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(137.149)	(116.946)	(48.540)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>			
Perda atuarial com benefício pós-emprego	<u>(17.276)</u>	<u>(76.592)</u>	<u>(41.632)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>(154.425)</b></u>	<u><b>(193.538)</b></u>	<u><b>(90.172)</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**  
 (Em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>525.484</b>	<b>(290.323)</b>	<b>(70.623)</b>	<b>164.538</b>
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 3.28)		(38.938)		(38.938)
<b>Saldo de abertura ajustado</b>	<b>525.484</b>	<b>(329.261)</b>	<b>(70.623)</b>	<b>125.600</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>				
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 3.28)		(33.118)		(33.118)
Prejuízo do exercício		(83.828)		(83.828)
Perda atuarial com benefício pós-emprego			(76.592)	(76.592)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(116.946)</b>	<b>(76.592)</b>	<b>(193.538)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado nota 3.28)</b>	<b>525.484</b>	<b>(446.207)</b>	<b>(147.215)</b>	<b>(67.938)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>				
Aumento de capital	200.963			200.963
Prejuízo do exercício		(137.149)		(137.149)
Perda atuarial com benefício pós-emprego			(17.276)	(17.276)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>200.963</b>	<b>(137.149)</b>	<b>(17.276)</b>	<b>46.538</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>726.447</b>	<b>(583.356)</b>	<b>(164.491)</b>	<b>(21.400)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
		Reapresentado (Nota 3.28)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(137.149)	(116.946)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	29.135	22.337
Encargos financeiros - AFAC e Empréstimos	18.824	25.525
Encargos financeiros - Tributos e outros passivos	3.373	1.441
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.867)	78.132
Provisão para contingências	(8.754)	17.252
Provisão para perdas em estoque	(902)	(255)
Amortização de parcelamentos fiscais	(3.117)	(2.998)
Valor residual do ativo financeiro- concessos do serviço público	(5.129)	920
Valor residual do ativo intangível	6.930	26.574
Valor residual do ativo imobilizado	2.311	1.452
Ativo financeiro - VNR Lei nº 12.783/13	(23.717)	(10.634)
Benefício pós emprego - Avaliação atuarial	(17.276)	(76.592)
Plano de incentivo ao desligamento - PID	4.392	
Outros	97	512
	<u>(38.700)</u>	<u>83.666</u>
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	34.791	(73.483)
Tributos e contribuições sociais	(3.205)	(2.714)
Direito de ressarcimento	(602)	980
Almoxarifado	1.555	400
Outros ativos	(8.080)	(10.503)
Cauções e depósitos vinculados	1.741	(16.317)
Fornecedores	5.658	61.059
Tributos e contribuições sociais	3.592	5.530
Obrigações estimadas	1.023	1.336
Obrigações de ressarcimento	16.554	3.887
Encargos setoriais	(1.924)	(9.115)
Benefício pós-emprego	22.771	61.469
Outros passivos	(7.049)	3.311
	<u>66.825</u>	<u>25.840</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b><u>(109.024)</u></b>	<b><u>(7.440)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição do ativo financeiro - concessões de serviço público	(97.790)	(114.017)
Aquisição do intangível	(6.651)	(14.518)
Aquisição de imobilizado	(2.300)	(5.420)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(106.741)</u></b>	<b><u>(133.955)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Ingressos de financiamentos e empréstimos	270.359	144.382
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.918	65.000
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(92.021)	(55.095)
Amortização de encargos financeiros de financiamentos e empréstimos	(4.851)	(6.251)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b><u>195.405</u></b>	<b><u>148.036</u></b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(20.360)</u></b>	<b><u>6.641</u></b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	46.006	39.365
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>25.646</u>	<u>46.006</u>
	<b><u>(20.360)</u></b>	<b><u>6.641</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
		Reapresentado (Nota 3.28)
<b>Receitas</b>		
Receitas operacionais	1.256.227	1.259.841
Ganhos sobre o valor novo de reposição	23.717	10.634
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	44.867	(78.132)
	<u>1.324.811</u>	<u>1.192.343</u>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Custo com energia	(526.244)	(521.788)
Custo de construção	(104.440)	(117.870)
Serviços de terceiros	(74.675)	(79.683)
Material	(1.816)	(3.375)
Outros custos operacionais	(115.967)	(43.557)
	<u>(823.142)</u>	<u>(766.273)</u>
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	501.669	426.070
Depreciação e amortização	<u>(29.135)</u>	<u>(22.337)</u>
<b>Valor Adicionado Líquido Gerado</b>	472.534	403.733
Receitas Financeiras	<u>58.441</u>	<u>79.412</u>
<b>Valor Adicionado Total</b>	<u><b>530.975</b></u>	<u><b>483.145</b></u>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Pessoal e encargos	219.169	129.265
Impostos, taxas e contribuições	360.339	396.927
Juros e demais encargos financeiros	84.171	69.883
Arrendamentos e aluguéis	4.445	4.016
Prejuízo do exercício	<u>(137.149)</u>	<u>(116.946)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS (“ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS” ou “Companhia”), sociedade por ações de economia mista, domiciliada na Avenida Fernandes Lima, 3349 – Farol, Maceió/AL, e, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, que detém 100% do seu capital social, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica de capital fechado.

Seu objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica, assim como serviços que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas ao serviço público de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 1.058\* empregados (1.304\* em 31.12.2012), para atender a aproximadamente 981.326\* consumidores (949.669\* em 31.12.2012).

(\*) Informações não auditadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. A administração da Companhia objetivando a melhoria dos resultados vem dando sequência às ações de implantação de ferramentas de gestão que visam a modernização e a redução de custos.

De acordo com o Contrato de Concessão nº 07/2001 – ANEEL, e termos aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2009, com vigência até 7 de julho de 2015, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia, define a Revisão Tarifária a cada 4 anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no exercício de 2005, a segunda no exercício de 2009 e a terceira neste exercício de 2013 ( Nota 45).

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou diversos contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional com à sua holding Eletrobras, conforme descrito na Nota 16, e espera para o próximo exercício melhorar o fluxo de caixa de suas operações.

A Companhia empreendeu a continuidade dos objetivos estratégicos e empresariais definidos no modelo de gestão estabelecido para as Empresas de Distribuição da Eletrobras. Destaque nesse exercício foram também as implementações das práticas de Governança Corporativa com foco na competitividade empresarial, como:

- Aumento da realização dos investimentos para melhoria da qualidade e redução das perdas técnicas e não técnicas;
- Combate a inadimplência com foco na diminuição do estoque dos débitos emblemáticos;
- Gerenciamento centralizado das questões jurídicas e regulatórias;
- Continuidade das ações do Projeto Energia +, de parceria com o Banco Mundial;
- Implantação de Plano de Incentivo ao Desligamento;
- Aumento do capital social pela integralização dos aportes da Eletrobras como Adiantamentos para futuro aumento de capital.

As ações acima expostas influenciariam consideravelmente na consolidação de melhores resultados econômico e financeiro se não fossem as dificuldades vividas em face das exposições involuntárias no Mercado de Energia e os diversos acionamentos das Usinas Termelétricas, afetando todas as Distribuidoras de Energia Elétrica do país.

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentro das Novas Regras de Governança consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional, e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem com as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme descrito a seguir:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico financeiro;
- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência;
- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.

A Companhia está ciente dos desafios para 2014 e nesse contexto, confiando em seu corpo funcional, está pronta a concentrar seus esforços na melhoria do serviço prestado a seus consumidores, de modo a cumprir os compromissos com a sociedade, acionistas e fornecedores.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2014.

## 2. CONCESSÕES

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL mediante o Contrato de Concessão nº 07/2001-ANEEL, e termos aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 8 de junho de 2009, com vigência até 7 de julho de 2015.

<b>Concessão</b>	<b>Municípios</b>	<b>Período de Concessão</b>
Distribuição	102	02/2001 a 07/07/2015

### a) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, & 5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição – VNR.

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras cujas concessões vencerão em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido. Até o presente momento não foram regulamentados os critérios de prorrogação desses contratos pelo Poder Concedente e, portanto, não ocorreu a assinatura do contrato de concessão para as distribuidoras que manifestaram o interesse até 15 de outubro de 2012, o qual só ocorrerá quando do vencimento da atual concessão.

Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as novas condições, dependendo de diversos critérios que serão analisados. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados ao final da concessão.

**b) Impactos no negócio distribuição em geral**

- Revisão tarifária extraordinária da Parcela A, com impactos a partir de 1º de fevereiro de 2013, para capturar a redução dos custos de geração e transmissão decorrente das concessões prorrogadas (Nota 36.3);
- Redução ou eliminação de encargos regulatórios (CDE, CCC e RGR) – (Nota 36.3).
- Potencial redução dos custos de geração e transmissão decorrente das concessões em fase de prorrogação;
- Os componentes: compra de energia, encargos setoriais e custo de transporte de energia fazem parte da Parcela A – custos não gerenciáveis pela concessionária, na redefinição da tarifa que é feita a cada aniversário do contrato de concessão (anualmente), portanto não são esperadas alterações nas margens dessas concessionárias;
- Impacto no custo de compra de energia em função da alocação das cotas de garantia física de energia e potência das usinas hidrelétricas para o mercado regulado (cativo-distribuidoras), considerando a necessidade até então de compra de energia no mercado livre para cobrir a demandas dos consumidores (Nota 30);
- Conforme o artigo 27 da Lei 12.783/13 que altera o artigo 3º § 16 da Lei nº 12.111/2009: “§ 16 – a quantidade de energia a ser considerada para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos sistemas isolados será limitada ao nível eficiente de perdas, conforme regulação da ANEEL.” Para tanto, a Audiência Pública ANEEL nº AP-107/2012, que tem como objeto a obtenção de subsídios e informações adicionais para a definição do orçamento da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, para o ano de 2013, está com o seu período de contribuição, por intercâmbio documental, ainda não encerrado.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, houve efeitos significativos em função da adoção do Ajuste ao Valor Novo de Reposição – VNR como valor dos ativos vinculados à concessão remanescentes ao final da concessão, ou seja, não ainda depreciados e sujeitos à indenização do Poder Concedente (ativo financeiro). Em 2013, em função dos resultados 3º Ciclo de Revisão Tarifária (conforme Nota Explicativa no. 47), no que tange a definição do valor total da Base Remuneração Regulatória – BRR e no aprimoramento da interpretação dos termos da Lei 12.783/2013, a Companhia decidiu pela baixa do ajuste à VNR sobre o ativo financeiro.

Adicionalmente, a BRR foi utilizada na bifurcação dos ativos relacionados à infraestrutura, como base para determinar o valor dos ativos financeiro e intangível das concessões de distribuição de energia elétrica. Dessa forma, foram também baixadas as sobras contábeis relacionadas aos processos de avaliação definidos na Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009 e revertidas eventuais provisões por não recuperabilidade de ativos (impairment) contabilizadas antes de 2013.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a bifurcação foi efetuado novo teste de recuperabilidade do ativo intangível, sendo este composto pela parcela dos ativos vinculados a concessão que será depreciada até 2015 (término da concessão), não sendo necessária a constituição de provisão por não recuperabilidade de ativos (impairment).

Os efeitos oriundos destas alterações na Lei nº 12.783/2013 são como seguem:

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Ajuste ao valor novo de reposição - VNR dos ativos indenizáveis	23.715	10.634
Baixa de sobras contábeis	<u>(16.323)</u>	<u>          </u>
	<b><u>7.392</u></b>	<b><u>10.634</u></b>

**Informações e decisões da Companhia**

Em atendimento a subcláusula primeira da Cláusula terceira do contrato de concessão nº 07/2001, a Companhia protocolou a correspondência CT PR 113/2012, de 19.06.2012 nas ANEEL o pedido de renovação do contrato de concessão, pelo prazo previsto em Lei que venha a disciplinar a matéria. Considerando o disposto no § 2º do Art. 2º do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamenta a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, a Companhia ratificou através da correspondência CT PR 154/2012, de 24 de setembro de 2012, o interesse de prorrogação do Contrato de Concessão, manifestando concordância integral com as condições de prorrogação estabelecidas na Legislação.

Dita manifestação tinha natureza preliminar, visando resguardar o direito das empresas à prorrogação, face ao prazo decadencial previsto do Decreto nº 7.805/12. É fato, contudo, que os estudos para a decisão final quanto à pretensão de serem assinadas as prorrogações dependeriam de informações que somente vieram a ser publicadas nos dias 01 e 29 de novembro de 2012.

Em atendimento a subcláusula terceira da cláusula terceira do contrato de concessão, que prevê a manifestação sobre o requerimento de prorrogação até o 18º (décimo oitavo) dia, a ANEEL se manifestou através do Ofício Circular nº 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, informando que face a publicação da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 o requerimento encontra-se em análise, cabendo ao Poder Concedente decisão final sobre a aprovação ou rejeição de tal pedido.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

**3.1 – Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano (Nota 4).

#### **a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações**

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se do custo histórico como base de valor.

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013:

- CPC 26 (R1) IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”. A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação;
- ✓ CPC 33 (R2) – Revisão - IAS 19 – “Benefícios a Empregados”. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33(R1) – “Benefícios a Empregados”. O objetivo desta Norma é prescrever a contabilização e divulgação de benefícios aos empregados e exige o reconhecimento de: (a) um passivo, quando um empregado tiver prestado serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro, e (b) uma despesa, quando a entidade consumir o benefício econômico decorrente do serviço prestado por um empregado em troca de benefícios aos empregados. Esta Norma é aplicada na contabilização de todos os benefícios aos empregados e está divulgada na nota 21.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### **3.2 – Conversão de moeda estrangeira**

#### **a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### **b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração de resultado como receita ou despesa financeira.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.3 – Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeito a risco insignificante de mudança de valor, classificadas como empréstimos e recebíveis.

**3.4 – Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**a) Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, clientes, cauções e depósitos vinculados e outras contas a receber.

**b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Clientes" (Nota 6) e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 5).

**c) Ativo financeiro disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

**d) Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

**3.5 – Passivos financeiros**

São classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo; parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e derivativo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos incluem Fornecedores (acrescidos dos encargos quando aplicável) e Financiamentos e empréstimos (mensurados pelo custo amortizado).

**3.6 – Clientes**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia estão demonstrados na Nota 6, item 3.

**3.7 – Almoxarifado**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia.

**3.8 – Ativo financeiro – concessões do serviço público**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado custo de capital regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa aos clientes.

**3.9 – Intangível**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

A vida útil-econômica dos bens é estabelecida pela ANEEL, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável. A Companhia calcula e contabiliza as quotas de amortização com aplicação das taxas respeitando a vida útil estimada de cada bem, integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição limitado ao prazo de concessão.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

**3.10 – Imobilizado**

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	30
Máquinas	25
Veículos	7
Móveis, utensílios e equipamentos	16

## ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em função da adoção da Orientação Técnica OCPC 01, os valores registrados como ativo imobilizado referem-se basicamente a bens de uso administrativo. Os demais ativos geradores de receita e vinculados a concessão foram reclassificados para ativos financeiros e intangíveis.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração de resultado.

#### **3.11 – Outros investimentos**

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### **3.12 – Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

#### **3.13 – Financiamentos e empréstimos**

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infra-estrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **3.14 – Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas pelo valor justo.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**3.15 – Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**a) Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais**

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de Tribunais.

**3.16 – Benefícios pós-emprego**

A Companhia instituiu e patrocina a Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência (FACEAL), caracterizada como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), para a administração dos programas de benefícios pós-emprego, relativos a complementações previdenciárias.

A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste regime, as contribuições destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a data da sua admissão no plano, bem como para amortização dos benefícios relativos ao tempo anterior de serviço.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEAL são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de pensão por morte
- Suplementação de aposentadoria especial e de ex-combatente
- Suplementação de abono anual

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, tem a característica de Plano de Benefício Definido – BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – CD, implantado a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEAL, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em "Outros Resultados Abrangentes" durante o período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

**3.17 – Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

**3.18 – Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. A Eletrobras é acionista majoritária da Companhia.

**3.19 – Lucro por ação**

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o pronunciamento CPC 41.

**3.20 – Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)**

Adiantamento de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital, concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo exigível não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC (Nota 26).

**3.21 – Encargos setoriais**

Os encargos setoriais são definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL.

**a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. Foi extinto a partir de 01 de janeiro de 2013 conforme Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

#### **b) Conta de Consumo de Combustível (CCC)**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. Extinta a partir de 01 de janeiro de 2013 conforme Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

#### **c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. Reduzida em 71% (2013 – R\$ 1.879 e 2012- R\$ 6.464) a partir de 01 de janeiro de 2013 conforme Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

#### **d) Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

#### **e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

#### **f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

### **3.22 – Imposto de renda e contribuição social**

A receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica está sujeita a impostos, taxas e contribuições que são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### **3.23 – Ajuste a valor presente de ativos e passivo**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**3.24 –Compromissos com o meio ambiente**

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA é o principal órgão na esfera federal e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEDAM na esfera estadual.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

**3.25 –Subvenções governamentais – subvenção da tarifa aos consumidores de baixa renda**

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

**3.26 –Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

**a) Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

**b) Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### 3.27 – Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### 3.28 – Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, para empresa de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

Foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 3.29 – Reapresentação das cifras comparativas

##### Correção na apresentação

- Em 2013, foram identificados ajustes dos exercícios de 2012 e 2011, nos saldos de ativos financeiros – concessões de serviços públicos e intangível relacionados a novos cálculos de bifurcação. A referida correção afetou o ativo não circulante e o patrimônio líquido;
- Em 2013 foram identificados ajustes do exercício de 2012 relacionados a Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, que homologa as tarifas praticadas pela Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear, com vigência no período de 5 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, e o diferencial entre a tarifa praticada e a de referência, em função da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A referida correção afetou o passivo circulante, o não circulante e o patrimônio líquido.

Os efeitos das correções e reclassificações nos exercícios de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:



ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Balanço patrimonial**

	31.12.2012			01.01.2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	<b>Ativo</b>					
Circulante	324.836		324.836	278.362		278.362
Não circulante	832.354	(55.742)	776.612	736.458	(38.938)	697.520
	<u>1.157.190</u>	<u>(55.742)</u>	<u>1.101.448</u>	<u>1.014.820</u>	<u>(38.938)</u>	<u>975.882</u>

	31.12.2012			01.01.2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante	364.367	5.044	369.411	351.193		351.193
Não circulante	788.705	11.270	799.975	499.089		499.089
Patrimônio líquido	4.118	(72.056)	(67.938)	164.538	(38.938)	125.600
	<u>1.157.190</u>	<u>(55.742)</u>	<u>1.101.448</u>	<u>1.014.820</u>	<u>(38.938)</u>	<u>975.882</u>

**b) Demonstração do resultado**

	31.12.2012		
	Como anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita Operacional Líquida	889.567		889.567
Custo com Energia Elétrica	(505.474)	(16.314)	(521.788)
Custo de Operação	(172.331)	(16.804)	(189.135)
Custo de Construção	(117.870)		(117.870)
Lucro Bruto	93.892	(33.118)	60.774
Despesas Operacionais	(197.883)		(197.883)
Lucro do Serviço de Energia Elétrica	(103.991)	(33.118)	(137.109)
Resultado Financeiro	9.529		9.529
Prejuízo operacional antes da lei 12.783/13	(94.462)	(33.118)	(127.580)
Ganho sobre a Lei 12.783/13	10.634		10.634
Lucro do exercício	(83.828)	(33.118)	(116.946)



ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Demonstração dos fluxos de caixa**

Reclassificação do valor residual dos ativos imobilizado e intangível das atividades de investimentos para as atividades operacionais.

	<b>31.12.2012</b>		
	<b>Como anteriormente apresentado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(36.386)	28.946	(7.440)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(105.009)	(28.946)	(133.955)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamentos	148.036		148.036
<b>Aumento no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>6.641</b>		<b>6.641</b>

**d) Demonstração do resultado abrangente**

	<b>31.12.2012</b>		
	<b>Como anteriormente apresentado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>
Prejuízo do exercício	(83.828)	(33.118)	(116.946)
Outros componentes do resultado abrangente	(76.592)		(76.592)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(160.420)</b>	<b>(33.118)</b>	<b>(193.538)</b>

**e) Demonstração do valor adicionado**

	<b>31.12.2012</b>		
	<b>Como anteriormente apresentado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>
Custo com energia	(505.474)	(16.314)	(521.788)
Depreciação e amortização	(5.533)	(16.804)	(22.337)
Prejuízo do exercício	(83.828)	(33.118)	(116.946)

**3.30 - Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 – “Taxas”. A Interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quanto o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014;

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- IFRS 9 – “ Instrumentos Financeiros ”, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia

**4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

**a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

**c) Provisões para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela administração da Companhia.

## ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Eletrobras determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que dever ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Eletrobras considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximo aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

#### e) Valor novo de reposição

Nos termos da MP nº 579 de 2012, faz-se necessário o cálculo das indenizações do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Companhia procedeu ao cálculo entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado, corrigido pelo IGPM e foram reconhecidos no resultado do exercício como receita R\$ 23.717. Na revisão tarifária que ocorreu em agosto de 2013, o ativo financeiro foi ajustado de acordo com base de remuneração homologada pela ANEEL.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Fundos de caixa	50	13	14
Recursos em contas bancárias	11.568	11.700	12.761
Ordens de pagamento emitidas	257	24	5
Numerário em trânsito	2.942	2.524	1.561
Aplicação em mercado aberto	10.829	31.745	25.024
	<b>25.646</b>	<b>46.006</b>	<b>39.365</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extramercado. Os recursos são originários dos saldos disponíveis dos empréstimos contratados com a holding para o programa de investimentos da Companhia.

Agente Financeiro	Referência	Vencimento	Taxa %	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Caixa Econômica	Extra Mercado	Disponível	Renda variável	10.815	28.830	
Banco do Brasil S.A.	BB Extra Mercado	Disponível	Renda variável	14	2.915	25.024
				<b>10.829</b>	<b>31.745</b>	<b>25.024</b>

A exposição da aplicação financeira a risco de taxa de juros está divulgada na Nota 44.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2012 o saldo apresentou-se a maior, decorrente de recursos de financiamentos do Projeto Energia + e aportes para cobertura de déficit operacional, causando portanto uma variação negativa de 65,89% em relação ao exercício de 2013.

**6. CLIENTES**

As contas a receber de consumidores estão compostas da seguinte forma:

**a) Consumidores e concessionários – circulante**

Ativo circulante	31.12.2013			Total	31.12.2012	01.01.2012
	Saldos Vincendos	Vencidas até 90dias	Vencidas há mais de 90dias			
<b>Fornecimento Faturado</b>						
Privado						
Residencial	36.363	33.776	17.914	88.053	75.035	55.725
Industrial	11.471	2.232	23.508	37.211	62.341	59.440
Comercial	25.270	9.650	7.728	42.648	50.301	36.060
Rural	6.055	2.029	4.224	12.308	38.603	36.508
	<u>79.159</u>	<u>47.687</u>	<u>53.374</u>	<u>180.220</u>	<u>226.280</u>	<u>187.733</u>
Público						
Poder Público						
Federal	1.255	1.047	561	2.863	3.008	2.909
Estadual	1.553	349	1.100	3.002	3.802	2.988
Municipal	1.748	1.674	1.159	4.581	5.491	3.769
	<u>4.556</u>	<u>3.070</u>	<u>2.820</u>	<u>10.446</u>	<u>12.301</u>	<u>9.666</u>
Iluminação Pública	4.923	2.885	4.372	12.180	9.950	11.439
Serviço Público	3.804	10.340	1.949	16.093	12.031	15.691
	<u>13.283</u>	<u>16.295</u>	<u>9.141</u>	<u>38.719</u>	<u>34.282</u>	<u>36.796</u>
<b>Fornecimento não faturado</b>						
Serviço taxado	18.788			18.788	26.480	37.108
Parcelamento de débitos (6 c)	3.555			3.555	1.644	830
Acréscimo moratório	78.696			78.696	78.565	62.150
Energia Livre	105.337			105.337	105.337	92.306
Programa de redução do consumo de energia elétrica	3.267			3.267	3.267	3.267
Arrecadação em classificação e outros	3.950			3.950	3.950	3.950
	<u>12.244</u>			<u>12.244</u>	<u>18.383</u>	<u>12.738</u>
	<u>318.279</u>	<u>63.982</u>	<u>62.515</u>	<u>444.776</u>	<u>498.188</u>	<u>436.878</u>
<b>Encargos de uso do sistema CCEE</b>	5.395			5.395	3.001	1.827
	<u>323.674</u>	<u>63.982</u>	<u>62.515</u>	<u>450.171</u>	<u>501.189</u>	<u>442.010</u>
<b>(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (6 b)</b>						
			(218.930)	(218.930)	(276.305)	(244.991)
	<u><b>323.674</b></u>	<u><b>63.982</b></u>	<u><b>(156.415)</b></u>	<u><b>231.241</b></u>	<u><b>224.884</b></u>	<u><b>197.019</b></u>
<b>Ativo não circulante</b>						
Parcelamentos de débitos (6 c)	267.808			267.808	245.558	227.980
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (6 b)			(96.467)	(96.467)	(83.535)	(38.065)
	<u><b>267.808</b></u>		<u><b>(96.467)</b></u>	<u><b>171.341</b></u>	<u><b>162.023</b></u>	<u><b>189.915</b></u>

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Ao longo de ano de 2013, houve uma regressão na inadimplência decorrente das ações implementadas: negativação dos consumidores privados inadimplentes no SERASA, negativação dos consumidores públicos no CADIN, ampliação no volume de ajuizamento de cobranças judiciais para devedores relevantes, em especial clientes das classes industrial e poder público, manutenção da parceria do Tribunal de Justiça de Alagoas para cobranças de débitos atuais do setor sucro-alcooleiro, e transferência para perdas de contas incobráveis.

#### **b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida, em valor considerado suficiente pela administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável.

Para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o saldo a receber dos clientes com débitos relevantes é analisado de forma individual, considerando a experiência da administração em relação às perdas efetivas com consumidores, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e à situação do devedor, se em concordata e/ou falência.

Os seguintes critérios para constituição do PCLD para os débitos de baixa tensão foram adotados:

#### **Consumidores de baixa tensão:**

- Consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores da classe comercial vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores das classes: industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 90 dias. Além disso, foi constituída provisão de 100% para os consumidores industriais que se encontram em processo de falência.

#### **Consumidores de alta tensão:**

Para os consumidores considerados relevantes foram provisionados todos os valores, após análise individualizada (garantias reais, devedor costumaz, renegociação de dívida, histórico de perdas, processos de concordata ou falência, idade de cada consumidor, etc). Foram considerados os seguintes critérios para constituição:

- Consumidores da classe residencial vencidos há mais de 60 dias;
- Consumidores da classe comercial vencidos há mais de 60 dias;
- Consumidores das classes: industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 60 dias.

#### **Parcelamentos:**

Nos parcelamentos, a reversão do débito está sendo feita de forma gradativa até o pagamento da 3ª parcela, assim no recebimento da 4ª parcela ocorrerá a reversão do montante ainda registrado na PCLD.

#### **Renda não faturada:**

O entendimento da Administração é que os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras tenham liquidez e que os riscos futuros sejam mínimos de realizações, desta forma se faz necessário estabelecer um valor adicional de provisão para cobrir perdas prováveis, mesmo que ainda não reconhecidas.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes:

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
Saldo no início do exercício	(359.840)	(283.056)	(254.370)
Provisões constituídas	(51.428)	(85.293)	(33.056)
Baixa de títulos considerados incobráveis	95.871	8.509	4.370
Saldo no fim do exercício	<u>(315.397)</u>	<u>(359.840)</u>	<u>(283.056)</u>
Circulante	(218.930)	(276.305)	(244.991)
Não circulante	<u>(96.467)</u>	<u>(83.535)</u>	<u>(38.065)</u>
	<u>(315.397)</u>	<u>(359.840)</u>	<u>(283.056)</u>

Os saldos da provisão por classe de consumidores e devedores diversos estão demonstrados a seguir:

	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>		<b>01.01.2012</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Consumidores						
Residencial	21.503		17.403		11.908	
Industrial	79.592		104.307		94.633	
Comercial	20.883		32.827		25.106	
Rural	35.208		64.461		64.790	
Poder Público	6.724		8.298		7.205	
Iluminação Pública	5.613		5.797		9.552	
Serviço Público	11.475		1.605		277	
Parcelamentos	26.770	96.467	32.476	83.535	23.405	38.065
Programa de redução do	3.950		3.950		3.950	
Energia livre	3.267		3.267		3.267	
Encargo de uso da rede elétrica	3.325		1.100		898	
Renda não faturada	620		814			
	<u>218.930</u>	<u>96.467</u>	<u>276.305</u>	<u>83.535</u>	<u>244.991</u>	<u>38.065</u>
Devedores diversos (Nota 13)	2.667	5.118	3.091	5.118	1.743	5.118
	<b><u>221.597</u></b>	<b><u>101.585</u></b>	<b><u>279.396</u></b>	<b><u>88.653</u></b>	<b><u>246.734</u></b>	<b><u>43.183</u></b>

**c) Parcelamentos de créditos de energia elétrica**

Representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia, conforme demonstrado a seguir:

	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>		<b>01.01.2012</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Residencial	11.995	2.890	13.163	3.850	12.999	6.547
Industrial	25.742	39.002	25.277	37.945	21.430	41.270
Comercial	20.395	20.947	13.827	11.190	8.030	8.828
Rural	2.003	2.036	1.193	2.152	894	504
Poder Público	17.645	64.223	16.665	60.252	10.988	51.261
Iluminação Pública	182	1.290	223	3.073	134	2.956
Serviço Público	734	137.420	8.217	127.096	7.675	116.614
	<b><u>78.696</u></b>	<b><u>267.808</u></b>	<b><u>78.565</u></b>	<b><u>245.558</u></b>	<b><u>62.150</u></b>	<b><u>227.980</u></b>

Foram firmados com a Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento de Alagoas – CASAL quatro parcelamentos nº 002/2004 de 9 de janeiro de 2004 com 120 parcelas, nº 006/2008 de 28 de dezembro de 2008 com 240 parcelas, nº 02905/2012 de 06 de fevereiro de 2012 com 24 parcelas e nº 10506/2013 com 36 parcelas.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>		<b>01.01.2012</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Termo de Confissão de dívida nº 002/2004	4.035		4.697	1.409	4.305	3.523
Termo de Confissão de dívida nº 006/2008	3.423	133.893	3.041	122.259	2.698	111.783
Termo de Confissão de dívida nº 2905/2012	1.702		5.105	1.702		
Termo de Confissão de dívida nº 10506/2013	3.678	5.211				
	<b>12.838</b>	<b>139.104</b>	<b>12.843</b>	<b>125.370</b>	<b>7.003</b>	<b>115.306</b>

A Companhia estima a realização do parcelamento de créditos de energia elétrica da seguinte forma:

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
2014		23.154	15.348
2015	23.453	10.423	16.321
2016	20.147	18.100	16.689
2017	18.695	21.920	16.761
2018	18.551	18.030	14.949
Após 2018	186.962	153.931	147.912
	<b>267.808</b>	<b>245.558</b>	<b>227.980</b>

**d) Encargos de uso do sistema da rede elétrica**

Refere-se a receita fatura a terceiros pelo uso das linhas, redes e subestações do sistema de distribuição

**e) Energia de curto prazo**

Todos os contratos de compra e venda de energia celebrados no mercado são registrados na CCEE que contabiliza as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos a cada agente. As diferenças apuradas podem ser positivas ou negativas e serão liquidadas no Mercado de curto prazo e valoradas pelo PLD – Preço de liquidação das diferenças.

**7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

Ref.	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>		<b>31.12.2011</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
ICMS - Lei Complementar nº						
(1) Imposto de renda	4.336	6.542	4.137	6.641	2.784	5.192
(2) Contribuição social					1.782	
(2) ICMS antecipado	1.093		2		584	
(-)AVP	(380)	(574)	(342)	(562)	(247)	(410)
Retenções Lei nº 10.833/03	2.373		1.933			
INSS	1.025		560		495	
Imposto de renda retido na fonte	239		418			
Imposto de renda estimado	1.375		90			
Contribuição social estimada	496		47			
Outros	205		151		135	
	<b>10.762</b>	<b>5.968</b>	<b>7.446</b>	<b>6.079</b>	<b>6.029</b>	<b>4.782</b>

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Com base na Lei Complementar nº 102/2002, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada da seguinte forma:

	<b><u>31.12.2013</u></b>
2013	
2014	4.335
2015	2.181
2016	2.181
2017	2.181
	<b><u>10.878</u></b>

- (2) O imposto de renda e a contribuição social antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

**8. DIREITO DE RESSARCIMENTO**

Em cumprimento da Lei Federal nº 10.438/2002 e da Resolução ANEEL nº 246/2002, a Companhia criou no exercício de 2003 o Programa de Tarifa Social. Este programa beneficia as famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que tenham renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou até três salários mínimos quando houver, entre seus membros, portador de doença ou patologia cujo tratamento necessite de equipamentos que dependam do consumo de energia. Também são beneficiados os indígenas, quilombolas e aqueles que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BCP). Os valores das subvenções são apurados mensalmente e após homologação pela ANEEL os recursos financeiros são liberados pela Eletrobras. O saldo refere-se à provisão do mês de novembro e dezembro de 2013.

A composição do saldo está apresentada abaixo:

	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2012</u></b>	<b><u>31.12.2011</u></b>
Saldo no início do exercício	6.128	7.108	9.364
Valores homologados	39.405	39.093	41.348
Valores recebidos	<u>(38.803)</u>	<u>(40.073)</u>	<u>(43.604)</u>
Saldo no fim do exercício	<b><u>6.730</u></b>	<b><u>6.128</u></b>	<b><u>7.108</u></b>

**9. ALMOXARIFADO**

O valor corresponde aos materiais em depósito, disponíveis para operação, manutenção e investimentos.

O almoxarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação do almoxarifado é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão classificados neste grupo os materiais e equipamentos em almoxarifado.



**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2012</u></b>	<b><u>31.12.2011</u></b>
Almoxarifado	4.035	5.238	5.778
Destinados a alienação	181	1	60
Emprestados	824	454	
Resíduos e sucatas	418	1.359	1.573
(-) Provisão para perdas em estoque	(418)	(1.359)	(1.573)
	<b><u>5.040</u></b>	<b><u>5.693</u></b>	<b><u>5.838</u></b>

**10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**

		<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2012</u></b>	<b><u>31.12.2011</u></b>
Cauções de depósitos vinculados - CCEE (a)		6.264	16.591	4.563
Depósitos vinculados a litígios (b)		34.588	29.231	28.781
		<b><u>40.852</u></b>	<b><u>45.822</u></b>	<b><u>33.344</u></b>

a) Refere-se a depósito de garantia numa conta a disposição da CCEE para liquidação da energia consumida no mês anterior e garantir o pagamento do mês subsequente no âmbito da CCEE. Em função da mudança nas regras de liquidação da CCEE, os depósitos de garantia estão sendo realizados no mês da liquidação. Anteriormente, a garantia era de 2 (dois) meses

b) Refere-se a depósitos judiciais e bloqueios de processos da Justiça do Trabalho e da Justiça Civil.

**11. SERVIÇOS EM CURSO**

	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2012</u></b>	<b><u>31.12.2011</u></b>
Recuperação de transformador de força			2.084
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	11.227	8.915	5.314
PEE - Programa de eficiência energética	12.217	10.337	4.664
Outros	554	155	595
	<b><u>23.998</u></b>	<b><u>19.407</u></b>	<b><u>12.657</u></b>

Nesta rubrica estão contabilizados os gastos realizados com pesquisas e desenvolvimento e eficiência energética, enquanto os projetos não são encerrados.

A variação refere-se a gastos com os programa P&D: nas áreas de meio ambiente; Eficiência Energética e Demand Response; Redes inteligentes; Planejamento; Operação; Supervisão; Controle e Proteção; Qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica; medição, faturamento e combate as perdas comerciais, e no Programa de Eficiência Energética: Programas voltados para conscientização, uso racional da energia elétrica e substituição de equipamentos ineficientes utilizados pela população, obedecendo à tipologia Residencial Baixa renda e Educacional do Programa de Eficiência Energética da ANEEL.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. OUTROS**

	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>		<b>31.12.2011</b>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Serviços prestados a terceiros	1.555		1.432		1.001	
Recomposição tarifária extraordinária		4.257		4.257		4.257
Empréstimos CEAL/SEINFRA		3.385		3.417	251	3.241
FINSOCIAL Precatório Proc. Nº 92.000.1248-5						
Rendas a receber	(a) 4.706		6.255		3.202	
COSIP	(b) 9.901		9.832		7.985	
Subvenção mensal CDE descontos tarifários	(c) 1.840					
Proinfa	(d) 1.665					
Outros	2.218	1.424	844	1.424	(350)	1.424
	<u>21.885</u>	<u>9.066</u>	<u>18.363</u>	<u>9.098</u>	<u>12.089</u>	<u>8.922</u>
(-) PCLD	<u>(2.667)</u>	<u>(5.118)</u>	<u>(3.091)</u>	<u>(5.118)</u>	<u>(1.743)</u>	<u>(5.118)</u>
	<b><u>19.218</u></b>	<b><u>3.948</u></b>	<b><u>15.272</u></b>	<b><u>3.980</u></b>	<b><u>10.346</u></b>	<b><u>3.804</u></b>

- a) Rendas a receber refere-se a valores a receber em decorrência do uso mútuo de postes pelas empresas de telefonia e internet;
- b) Contribuição iluminação pública -
- c) Subvenção mensal CDE – refere-se a subvenção de CDE para custear descontos tarifários. Este valor refere-se ao mês de dezembro a ser repassado pela Eletrobras até o dia 10 de janeiro de 2014, conforme Resolução Homologatória nº 1.606, de 27 de agosto de 2013 – ver nota 29.d;
- d) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP – Valores faturados do serviço de iluminação pública.
- e) Proinfa – refere-se ao pagamento antecipado da quota de janeiro de 2014, conforme Resolução Homologatória nº 1666/2013, de 10 de dezembro de 2013. Será transferido para despesa de encargos setoriais em janeiro de 2014.

**13. ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO**

O contrato de concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº07/2001, de 15 de julho de 2001, celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia.

Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. Essa indenização refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito da concessão, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo utilizou como base a metodologia do valor novo de reposição.

O cálculo do valor novo de reposição levou em consideração os bens do ativo financeiro em serviço, passivos de remuneração com data base em 31 de dezembro de 2013.

	Em serviço			Em curso			Total
	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor histórico	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 01.01.2011	394.984	(91.697)	303.287	108.935	(51.933)	57.002	360.289
Adições				75.866	(5.081)	70.785	70.785
Reclassificação		(89.934)	(89.934)				(89.934)
Transferências	71.029	(12.231)	58.798	(71.053)	12.255	(58.798)	
Baixas	(1.622)		(1.622)				(1.622)
Saldo em 31.12.2011	464.391	(193.862)	270.529	113.748	(44.759)	68.989	339.518
Adições	4.185	6.480	10.665	107.356	(4.004)	103.352	114.017
Valor novo de reposição	10.634		10.634				10.634
Reclassificação		(13.511)	(13.511)				(13.511)
Transferências	105.174	(26.724)	78.450	(105.935)	27.485	(78.450)	
Baixas					(920)	(920)	(920)
Saldo em 31.12.2012	584.384	(227.617)	356.767	115.169	(22.198)	92.971	449.738
Adições				110.101	(12.311)	97.790	97.790
Valor novo de reposição	23.714		23.714				23.714
Reclassificação	13.436	(8.858)	4.578	7.982	(1.079)	6.903	11.481
Transferências	62.723	(16.275)	46.448	16.275	(62.723)	(46.448)	
Baixas	(6.481)	11.610	5.129				5.129
Saldo em 31.12.2013	<b>677.776</b>	<b>(241.140)</b>	<b>436.636</b>	<b>249.527</b>	<b>(98.311)</b>	<b>151.216</b>	<b>587.852</b>

(\*) As reclassificações entre os grupos Financeiro, Intangível e Imobilizados ocorreram em função da implantação da Resolução ANEEL nº 367/2009 e mudança das taxas de depreciação.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. INTANGÍVEL**

Com a adoção da ICPC 01, os ativos fixos tangíveis das concessões foram reclassificados para a rubrica de intangíveis das concessões – ICPC 01.

Este grupo é formado por intangível – Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados), conforme demonstrado a seguir:

	Em serviço			31.12.2013	31.12.2012	01.01.2011
	Custo	Amortização	Obrigações Especiais			
Em Serviço						
Direito uso da concessão	428.786	(318.321)	(70.466)	39.999	74.303	91.760
Em Curso						
Direito uso da concessão	4.602		(792)	3.810	7.760	9.986
	<b>433.388</b>	<b>(318.321)</b>	<b>(71.258)</b>	<b>43.809</b>	<b>82.063</b>	<b>101.746</b>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	01.01.2012	31.12.2012	Adições	Baixas	Reclassificação (*)	Transferências	(-) Amortização	31.12.2013
Em serviço								
Ativo Intangível	485.081	494.701		(54.228)	(16.304)	4.617		428.786
Amortização acumulada	(347.675)	(383.027)		46.424	(82)		(34.967)	(371.652)
Obrigações especiais	(73.033)	(78.972)		874	8.857	(1.225)		(70.466)
Amortização das obrigações especiais	27.387	41.601			(7)		11.736	53.330
	<b>91.760</b>	<b>74.303</b>		<b>(6.930)</b>	<b>(7.536)</b>	<b>3.392</b>	<b>(23.231)</b>	<b>39.998</b>
Em curso								
Ativo Intangível	16.971	9.929	7.578		(8.288)	(4.617)		4.602
Obrigações especiais	(6.985)	(2.169)	(927)		1.080	1.225		(791)
	<b>9.986</b>	<b>7.760</b>	<b>6.651</b>		<b>(7.208)</b>	<b>(3.392)</b>		<b>3.811</b>
	<b>101.746</b>	<b>82.063</b>	<b>6.651</b>	<b>(6.930)</b>	<b>(14.744)</b>		<b>(23.231)</b>	<b>43.809</b>

(\*) As reclassificações entre os grupos Financeiro, Intangível e Imobilizados ocorreram em função da implantação da Resolução ANEEL nº 367/2009 e mudança das taxas de depreciação.

Os critérios utilizados para amortização do ativo intangível preveem de forma estimada o período da vida útil de cada bem contido na infraestrutura de distribuição. Assim, esses bens são amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

O detalhamento da rubrica de Direito e Uso de Concessão está demonstrada a seguir:

DISTRIBUIÇÃO	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Intangível em Serviço	428.786	494.701	485.081
(-) Amortização	(371.652)	(383.027)	(347.675)
(-) Obrigações especiais	(70.467)	(78.972)	(73.033)
Amortização das obrigações especiais	53.331	41.601	27.387
	<b>39.998</b>	<b>74.303</b>	<b>91.760</b>
Intangível em Curso	4.603	9.929	16.971
(-) Obrigações especiais	(792)	(2.169)	(6.985)
	<b>3.811</b>	<b>7.760</b>	<b>9.986</b>
Total	<b>43.809</b>	<b>82.063</b>	<b>101.746</b>

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Esta estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura. Assim sendo, esses bens dever ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

#### **Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

#### **Provisão do valor de recuperação dos ativos (*impairment*)**

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável dos bens não vinculados à concessão supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. IMOBILIZADO**

	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012	% Taxas de depreciação
	Valor histórico	Depreciação	Valor líquido			
<b>Em serviço</b>						
Imobilizado	10.377	(2.657)	7.720	9.530	436	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.754	(5.199)	1.555	1.799	2.025	2,66
Máquinas e equipamentos	11.155	(6.095)	5.060	6.629	4.635	3,97
Veículos	7.784	(4.766)	3.018	3.856	4.829	14,29
Móveis e utensílios	7.684	(5.182)	2.502	1.861	1.260	6,25
Terrenos	527		527	527	527	
	44.281	(23.899)	20.382	24.202	13.712	
<b>Em curso</b>						
Imobilizado	347		347	1.748	9.974	
Edificações	3.259		3.259			
Máquinas e equipamentos	88		88	169	546	
Veículos				110		
Móveis e utensílios	12		12	510	11	
	3.706		3.706	2.537	10.531	
	<b>47.987</b>	<b>(23.899)</b>	<b>24.088</b>	<b>26.739</b>	<b>24.243</b>	

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	01.01.2012	31.12.2012	Adição	Reclassificação	Baixas	Transferências	(-) Depreciação	31.12.2013
Em serviço	33.915	45.877		2.958	(5.991)	1.437		44.281
(-) Depreciação acumulada	(20.203)	(21.675)			3.680		(5.904)	(23.899)
Em curso	10.531	2.537	2.300	306		(1.437)		3.706
	<b>24.243</b>	<b>26.739</b>	<b>2.300</b>	<b>3.264</b>	<b>(2.311)</b>		<b>(5.904)</b>	<b>24.088</b>

(\*) As reclassificações entre os grupos Financeiro, Intangível e Imobilizados ocorreram em função da implantação da Resolução ANEEL nº 367/2009 e mudança das taxas de depreciação.

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação para seus bens com aplicação das taxas, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. As principais taxas anuais por atividade são:

Comercialização/Administração	Taxa anual de depreciação (%)
Edificações	3,33
Veículos	14,29
Equipamentos de informática	16,67

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos. As obrigações com empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:

**a) Composição**

	<b>31.12.2013</b>			<b>31.12.2012</b>			<b>01.01.2012</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Moeda nacional</b>									
Empresas do grupo									
Eletrobras	(1) 217.288	386.468	603.756	84.704	336.555	421.259	109.842	201.071	310.913
Instituições financeiras	(2)								
BNDES				195		195	187	187	374
BIC				3.486		3.486	6.067	3.034	9.101
CEF	5.000		5.000						
Banco do Brasil	5.000		5.000				5.000		5.000
	10.000		10.000	3.681		3.681	11.254	3.221	14.475
Outros									
Faceal	(3) 9.058	5.805	14.863	7.619	14.084	21.703	6.385	20.494	26.879
	<b>236.346</b>	<b>392.273</b>	<b>628.619</b>	<b>96.004</b>	<b>350.639</b>	<b>446.643</b>	<b>127.481</b>	<b>224.786</b>	<b>352.267</b>
<b>Moeda estrangeira</b>									
Instituições financeiras									
Lloyds Bank	(2) 22	1.114	1.136	38	991	1.029	60	945	1.005
	22	1.114	1.136	38	991	1.029	60	945	1.005
<b>Total geral</b>	<b>236.368</b>	<b>393.387</b>	<b>629.755</b>	<b>96.042</b>	<b>351.630</b>	<b>447.672</b>	<b>127.541</b>	<b>225.731</b>	<b>353.272</b>

**b) Detalhamento dos Financiamentos e empréstimos**

**(1) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras**

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**31.12.2013**

		Taxa de juros (%) a.a)	Circulante	Não circulante	Total	31.12.2012	01.01.2012
<b>Programa de Obras Realizadas</b>							
<b>Contrato</b>	<b>Data de assinatura</b>						
ECF-1575/97-RGR	05/11/97	6,50+2,00	237	1.314	1.551	1.895	2.161
ECF-1595/97-RGR	13/11/97	5,00+1,00	61	228	289	356	413
ECF-1517/97-RGR	05/11/97	5,00+1,00	23	87	110	136	157
ECF-1693/98-RGR	14/05/98	6,50+2,00	211	818	1.029	1.258	1.434
ECF-1760/98-RGR	01/07/98	6,50+2,00	279	1.088	1.367	1.669	1.905
ECF-1862/99-RGR	23/03/99	6,50+2,00	21	79	100	125	144
ECF-1891/99-RGR	31/05/99	6,50+2,00			0	12	45
ECF-1895/99-RGR	05/07/99	6,50+2,00			0	7	21
ECF-1957/99-RGR	27/12/99	5,00+2,00	443	1.662	2.105	2.597	3.005
ECF-1971/00-RGR	05/05/00	5,00+1,00	1.036	4.403	5.439	6.586	7.540
ECF-2053/00-RGR	21/08/00	5,00+1,00	171		171	491	762
ECF-1958/00-RGR	08/11/00	5,00+2,00			0	0	130
ECF-2070/00-RGR	18/04/01	5,00+2,00	180	75	255	452	623
ECF-2129/02-RGR	24/04/02	5,00+2,00	442	331	773	1.258	1.659
ECF-2263/02-RGR	09/12/02	5,00+2,00	567	425	992	1.614	2.135
ECFS-004/04-RGR	27/05/04	5,00+1,00	531	2.833	3.364	3.955	4.444
ECF-2335/04-RGR	12/05/04	5,00+2,00	390	66	456	883	1.242
ECF-2336/04-RGR	12/08/04	5,00+2,00	1.022	170	1.192	2.312	3.252
ECF-2337/04-RGR	12/08/04	5,00+2,00	1.709	1.139	2.848	4.723	6.296
ECF-2510/05-RGR	27/10/05	5,00+1,00	1.685	2.949	4.634	6.489	8.041
ECFS-107/05-RGR	14/12/05	5,00+1,00	639	3.781	4.420	5.132	5.721
ECF-2511/05-RGR	19/01/06	5,00+2,00	61	66	127	194	249
ECF-2519/05-RGR	19/01/06	5,00+2,00	788	1.379	2.167	3.035	3.761
ECF-2565/06-RGR	27/07/06	5,00+2,00	307	461	768	1.106	1.387
ECF-2567/06-RGR	20/06/06	5,00+2,00	380	569	949	1.366	1.717
ECF-2581/06-RGR	31/07/06	5,00+2,00	1.084	1.806	2.890	4.083	5.082
ECFS-171/07-RGR	28/02/07	5,00+1,00	874	5.898	6.772	7.749	8.553
ECF-2632/07-RGR	04/10/07	5,00+2,00	315	551	866	1.213	1.503
ECF-2638/07-RGR	04/10/07	5,00+2,00	1.276	2.232	3.508	4.913	6.088
ECF-2646/07-RGR	22/10/07	5,00+2,00	638	1.115	1.753	2.455	3.041
ECF-2649/07-RGR	22/10/07	5,00+2,00	1.254	2.195	3.449	4.830	5.985
ECFS-196/07-RGR	07/11/07	5,00+1,00	677	4.566	5.243	6.000	6.622
ECFS-242/08-RGR	04/12/08	5,00+1,00	1.133	7.836	8.969	10.238	11.280
			18.434	50.122	68.556	89.132	106.398
<b>Programa de Obras em Curso</b>							
ECF-2543/06-RGR	04/04/06	5,00+2,00	1.180	2.066	3.246	2.601	3.216
ECF-2647/07-RGR	22/10/07	5,00+2,00	1.301	2.277	3.578	3.711	3.202
ECF-2922/11-RGR	05/04/11	5,00+2,00	5.575	24.835	30.410	22.820	
ECF-2940/11-RGR	28/07/11	5,00+2,00	2.326	13.180	15.506	15.603	
ECFS-2650/07-RGR	13/11/07	5,00+2,00	1.846	5.538	7.384	5.421	4.448
ECFS-250/09-RGR	21/08/09	5,00+1,00	1.176	8.235	9.411	10.728	11.810
ECFS-2867/10-RGR	12/08/10	5,00+2,00	4.617	12.698	17.315	22.421	10.114
ECFS-2881/10-RGR	18/01/11	5,00+2,00	5.217	19.562	24.779	20.809	5.763
ECFS-2825/11-RGR	12/05/10	5,00+1,00	878	3.125	4.003	3.822	1.241
ECFS-326/12-RGR	04/06/11	5,00+1,00	147	3.377	3.524	1.181	
ECFS-311/10-RGR	09/11/10	5,00+1,00	684	5.470	6.154	6.866	6.867
			24.947	100.363	125.310	115.983	46.661
<b>Outros Programas</b>							
ECF-891/12-RO	03/10/12	SELIC+0,05	10.708	4.462	15.170	15.247	
ECF-2901/10 -BIRD	05/05/11	BIRD		16.793	16.793	263	
ECF-2987/11-RO	13/04/12	SELIC+0,05	500	14.500	15.000	15.000	
ECF-2761/09-RO	11/08/09	SELIC					1.377
ECF-2860/10-RO	30/05/10	SELIC+0,05	2.832	5.663	8.495	11.622	14.271
ECF-2876/10-RO	24/10/10	SELIC+0,05					
ECF-2880/10-RO	30/11/10	SELIC+0,05	3.000	6.000	9.000	12.312	15.119
ECF-2900/10-RO	28/12/10	SELIC+0,05	3.020	9.060	12.080	15.177	15.220
ECF-2917/11-RO	19/03/11	SELIC+0,05	3.000	9.000	12.000	15.076	15.119
ECF-2971/11-RO	16/11/11	SELIC+0,05	9.102	31.098	40.200	45.740	45.865
ECF-2976/11-RO	16/12/11	SELIC+0,05	11.887	11.887	23.774	35.920	35.662
ECF-2950/11-RO	30/09/11	SELIC+0,05	5.034	1.258	6.292	11.804	
ECF-3027/12-RO	24/10/11	SELIC+0,05	8.098	31.042	39.140	37.983	15.221
ECF-3012/13-RO	03/12/12	SELIC+0,05		368	368		
ECF-3051/13-RO	31/07/13	SELIC+0,05	11.083		11.083		
ECF-3070/13-RO	09/09/13	SELIC+0,05	11.322	8.087	19.409		
ECF-3059/13-RO	09/09/13	SELIC+0,05	2.400	9.941	12.341		
ECF-3078/13-RO	29/10/13	SELIC+0,05	9.179	4.172	13.351		
ECF-3071/13-RO	09/09/13	SELIC+0,05	5.520	7.729	13.249		
ECF-3073/13-RO	29/10/13	SELIC+0,05	1.386	832	2.218		
ECF-3077/13-RO	29/10/13	SELIC+0,05	21.027	16.355	37.382		
ECF-3087/13-RO	29/10/13	SELIC+0,05	2.194	1.646	3.840		
ECF-3093/13-RO	24/10/13	SELIC+0,05	794	596	1.390		
ECF-3095/13-RO	24/10/13	SELIC+0,05	3.474	2.978	6.452		
ECF-3094/13-RO	24/10/13	SELIC+0,05	3.239	2.776	6.015		
ECF-3099/13-RO	28/11/13	SELIC+0,05	3.982		3.982		
ECF-3100/13-RO	28/11/13	SELIC+0,05	2.747	3.204	5.951		
Resolução 895/13	09/12/13	SELIC+0,05	3.930	3.275	7.205		
ECF-3104/13-RO	09/12/13	SELIC+0,05	27.320	27.320	54.640		
Resolução 947/13	19/12/13	SELIC+0,05	7.129	5.941	13.070		
			<b>173.907</b>	<b>235.983</b>	<b>409.890</b>	<b>216.144</b>	<b>157.854</b>
			<b>217.288</b>	<b>386.468</b>	<b>603.756</b>	<b>421.259</b>	<b>310.913</b>



**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes empréstimos foram originados de recursos do FINEL e RGR, dado como garantia a Receita própria e notas promissórias, e são liquidados no dia 30 de cada mês. Esses empréstimos foram destinados a obras diversas: subtransmissão, iluminação pública, Implantação do sistema comercial, distribuição, Programa Luz para Todos, combate a perdas, recuperação do sistema elétrica, Projeto Energia +; bem como para capital de giro, devolução do programa luz para todos, liquidação de faturas da CCEE e pagamento das rescisões do Plano de Desligamento Incentivado.

**(2) Instituições Financeiras**

31.12.2013									
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	31.12.2012	01.01.2012
BNDES - Rolagem	01/01/94		TJLP+8					195	374
Banco do Brasil	26/06/07	5.000	CDI/OVER	R\$		1	Conta garantida		5.000
BIC	25/05/10		CDI+5,91	R\$		18	Conta garantida	3.486	9.101
CEF	13/09/13	5.000	CDI/OVER						
		<b>10.000</b>						<b>3.681</b>	<b>14.475</b>

✓ **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**

Refinanciamento de empréstimo para aplicação na expansão do sistema elétrico, incidindo spread de 8% ao ano sobre a TJLP. A amortização realizada em 240 parcelas mensais a partir de 01.01.1994.

✓ **Banco do Brasil**

Empréstimo contratado com o objetivo de capital de giro, sob a forma de conta garantida, atualizado pelo CDI/OVER;

✓ **Banco da Indústria e Comércio**

Empréstimos contratados com o objetivo de capital de giro, amortizado em 36 parcelas mensais com vencimento final em 17/06/2013, atualizado pela taxa de juros de 5,91% a.a. + CDI.

✓ **Caixa Econômica Federal**

Empréstimo contratado com o objetivo de capital de giro sob a forma de conta garantida, com encargos financeiros de CDI/OVER.

✓ **Lloyd Bank**

A reestruturação da dívida em moeda estrangeira, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, de médio e longo prazo referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/1962 está demonstrada no quadro a seguir.

Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas nos valores de R\$ 77 e R\$ 109 em 31.12.2013 (em 31.12.2012 R\$ 68 e R\$ 95), respectivamente, contabilizados em outros ativos realizáveis em longo prazo.

31.12.2013									
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo	31.12.2012	01.01.2012
Debt Conv.	31/12/97		7/8 de 1	US\$	dólar	1	Refinanciamento		25
C. Bond	31/12/97	22	4	US\$	dólar	5	Refinanciamento	57	88
Discont Bond	31/12/97	458	13/16 de 1	US\$	dólar	1	Refinanciamento	399	367
Par Bond	31/12/97	656	4	US\$	dólar	1	Refinanciamento	573	525
		<b>1.136</b>						<b>1.029</b>	<b>1.005</b>

\* Prestações Restantes

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(3) Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência - FACEAL**

Na condição de patrocinadora da Fundação, a Companhia atualizou a consolidação e repactuação da dívida acumulada até o exercício de 1996, junto àquela Fundação, decorrente de contribuições não liquidadas tempestivamente até então. O novo contrato assinado em 31.07.2005 prevê o pagamento da dívida em 120 parcelas e encargos com base na variação do INPC e juros de 1% ao mês sobre o saldo corrigido. A Companhia mantém o pagamento das parcelas rigorosamente atualizado.

31.12.2013								31.12.2012	01.01.2012
Contrato	Data de Assinatura	Saldo	Taxa de Juros (%a.a.)	Moeda	Index.	P.R.*	Objetivo		
FACEAL	31/07/05	<b>14.863</b>	12,68	R\$	INPC	43	Dívida	<b>21.703</b>	<b>26.879</b>

\* Prestações Restantes

**c) Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador**

	31.12.2013			31.12.2012			01.01.2012		
	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)	Variação no Período (%)	Valor	Part. (%)
Moeda nacional									
INPC	5,56	14.864	2,36	4,11	21.703	4,85	6,08	26.880	7,61
FINEL	1,08	3.947	0,63	1,39	4.815	1,08	1,00	5.534	1,57
RGR		189.919	30,16		201.634	45,04		148.471	42,03
SELIC/RO	38,66	409.889	65,09	(28,94)	214.809	47,98	(2,53)	156.906	44,42
Outros		10.000	1,59		3.681	0,82		14.476	4,10
		<b>628.619</b>	<b>99,82</b>		<b>446.642</b>	<b>99,77</b>		<b>352.267</b>	<b>99,72</b>
Moeda estrangeira									
Dólar		1.136	0,18	16,76	1.030	0,23	12,58	1.005	0,28
		<b>629.755</b>	<b>100,00</b>		<b>447.672</b>	<b>100,00</b>		<b>353.272</b>	<b>100,00</b>

**d) Vencimento das parcelas não circulante dos financiamentos e empréstimos**

	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total		
2013					59.131
2014					56.772
2015	186.348		186.348	94.836	47.416
2016	75.209		75.209	88.145	24.833
2017	57.392		57.392	64.946	11.883
2018	37.367		37.367	51.199	8.779
2019	10.996		10.996	32.621	10.658
Após 2019	24.961	1.114	26.075	19.883	6.259
	<b>392.273</b>	<b>1.114</b>	<b>393.387</b>	<b>351.630</b>	<b>225.731</b>

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**e) Mutações dos financiamentos e empréstimos**

	<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>		<u>01.01.2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do exercício	96.042	351.630	127.541	225.731	70.884	186.336
Ingressos	14.990	255.369	35.170	109.212	65.398	48.746
Encargos	7.185	179	8.998	822	8.607	1.024
Variação monetária	1.427	(195)	1.239	305	1.157	916
Transferências	213.596	(213.596)	(15.560)	15.560	11.291	(11.291)
Amortizações	(96.872)		(61.346)		(29.796)	
	<b>236.368</b>	<b>393.387</b>	<b>96.042</b>	<b>351.630</b>	<b>127.541</b>	<b>225.731</b>

**17. FORNECEDORES**

	<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>		<u>01.01.2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão	2.711		7.525		6.158	
Fornecedores de energia elétrica	(a) 61.157	6.427	51.894	11.270	32.597	
Energia livre	(b) 3.392		3.174		2.953	
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	(c) 20.514		30.279		6.994	
Materiais e serviços	(d) 53.347		37.748		32.129	
	<b>141.121</b>	<b>6.427</b>	<b>130.620</b>	<b>11.270</b>	<b>80.831</b>	

**a) Fornecedores de energia elétrica**

Correspondem a obrigações com fornecedores de energia adquiridas em contratos bilaterais, contratos de leilões, CCEAR, Angra I e Angra II e Cotas de garantia Física.

Através da Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012 a ANEEL homologou as tarifas praticadas pela Eletronuclear, com vigência no período de 05 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, e o diferencial entre a tarifa praticada e a de referência, em função da lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 16.314, e concedeu a Furnas o direito de fatura as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica. Através da Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, o valor foi reajustado para R\$ 17.898.

**b) Energia Livre**

Durante o período de racionamento houve comercialização de energia elétrica não contratada denominada energia livre. Entendendo-se como tal a energia ofertada no sistema elétrico não proveniente dos contratos iniciais, ou equivalentes, e nos contratos bilaterais. Através do Despacho nº 2.517, de 26 de agosto de 2010 a ANEEL fixou os montantes finais do Repasse de Energia Livre.

O saldo remanescente é decorrente do Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela ABRADDEE com pedido de liminar – Processo nº 437399120104013400. Em 28 de setembro de 2010 foi deferido à antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida. Em 24 de maio de 2013 foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região o agravo de instrumento nº 0013100712011401000/DF.

A composição do saldo está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
CCEE	2.267	2.125	1.977
Cemig	1.125	1.049	976
	<b>3.392</b>	<b>3.174</b>	<b>2.953</b>

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica**

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
CCEE curto prazo	15.708	20.769	
CCEE MCSD		9.434	6.560
CCEE- Contrato de garantia física	3.351		
CCEE - Cotas partes Angra I e II	1.455		
Encargo de energia de reserva		76	434
	<u>20.514</u>	<u>30.279</u>	<u>6.994</u>

- ✓ **Curto prazo** - refere-se a créditos da comercialização de energia à curto prazo na CCEE, informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. O saldo refere-se à contabilização da fatura de novembro (liquidada em 08/01/2014) e fatura de dezembro (liquidada em 06/02/2014).
- ✓ **Mecanismo de Compensação de Sobra e Déficit – MCSD** – Estabelecido pelo art. 29 do Decreto nº 5.163/2004, viabiliza a redução ou compensação dos valores de CCEARs (Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado). O saldo em 2012 refere-se à provisão da fatura de dezembro.
- ✓ **EER- Encargos de Energia de Reserva** – Através do Decreto nº 6.353, de 16.01.2008, foi regulamentada a contração da EER. Conforme definição da CCEE “como a energia destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, provenientes de energia elétrica oriunda de empreendimentos de geração especificamente destinados a essa finalidade”.
- ✓ **Contrato de Garantia Física** – A MP 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, dispõem sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Conforme o disposto na MP, os empreendimentos de geração hidrelétrica, alcançadas pela mesma, terão alocada por meio de cotas, a totalidade de sua garantia física às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, e receberão remuneração por tarifa regulada pela ANEEL. A Liquidação financeira centralizada é feita pela CCEE, considerando o rateio entre as concessionárias de geração. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.410, de 24 de janeiro de 2013 estabeleceu as cotas partes para o ano de 2013. O saldo refere-se a fatura de dezembro de 2013.
- ✓ **Cotas partes Angra I e II** – Referem-se à energia comercializada com as concessionárias de distribuição de energia elétrica adquirentes das cotas partes da produção disponibilizada para o Brasil. As concessionárias de distribuição que atuam no Sistema Interligado Nacional – SIN estão obrigadas a adquirir a energia elétrica gerada por Angra I e Angra II, conforme disposto no Art. 11 da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009: A partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme regulamentação - Parágrafo único: A receita de que trata o caput será decorrente de tarifa calculada e homologada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.407, de 21 de dezembro de 2013 estabeleceu as cotas partes para o ano de 2013. O saldo refere-se a fatura de dezembro de 2013.

**d) Materiais e Serviços**

Corresponde às obrigações com fornecedores de materiais e prestadores de serviços contratados, de modo a realizar operações e manutenções do sistema de distribuição de energia elétrica para atender a área de concessão.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

Ref.	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS	22.446		22.704		18.255	
ISS	911		990		729	
INSS e outras contribuições sociais	3.259		4.002		3.222	
FGTS	757		953		902	
PASEP	601		683		611	
COFINS	2.767		3.147		2.814	
Retenções	8.888		7.720		6.707	
IRPJ sobre empréstimos e terceiros	829		563		402	
Parcelamento ordinário	(1) 1.170	3.997				
Programa excepcional - PAEX	(2) 3.171	5.133	3.057	8.009	2.927	10.599
	<b>44.799</b>	<b>9.130</b>	<b>43.819</b>	<b>8.009</b>	<b>36.569</b>	<b>10.599</b>

**(1) Parcelamento ordinário**

Débito com a Fazenda Nacional conforme Processo Administrativo nº 10410.002417/2001-28, referente a crédito de IPI da Usina Caeté utilizado para pagamento de tributos federais e indeferido pela Receita Federal. O saldo devedor será pago em 59 parcelas mensais iniciadas em junho de 2013. Para efeito de pagamento as prestações serão acrescidas de juros equivalentes a taxa SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições. O valor do parcelamento também está registrado no Ativo Não circulante, tendo em vista o acordado com a Usina, em que esta se compromete a indenizar e ressarcir qualquer cobrança que seja feita a Companhia, conforme cláusula Décima Quinta – Indenização e Ressarcimento.

**(2) Parcelamento excepcional - PAEX**

O débito consolidado do PAEX está sendo pago em 120 e 130 parcelas mensais e consecutivas, iniciado em setembro de 2006, e atualizado pela variação da TJLP, das quais já foram liquidadas 88 parcelas. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições.

	31.12.2013			31.12.2012			01.01.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
PAEX 120 meses	274	232	506	262	483	745	248	706	954
PAEX 130 meses	2.897	4.901	7.798	2.795	7.526	10.321	2.679	9.893	12.572
	<b>3.171</b>	<b>5.133</b>	<b>8.304</b>	<b>3.057</b>	<b>8.009</b>	<b>11.066</b>	<b>2.927</b>	<b>10.599</b>	<b>13.526</b>

A adesão ao Parcelamento Excepcional – PAEX, em 13/09/2006, teve como fatores determinantes às condições vantajosas determinadas pela Medida Provisória nº 351 de 29/06/2006, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexado (SELIC - Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para TJLP – Taxa de Juros em Longo Prazo), os valores declarados correspondem a débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal – SRF, conforme demonstrado a seguir:

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2013			31.12.2012			01.01.2012		
	120 meses	130 meses	Total	120 meses	130 meses	Total	120 meses	130 meses	Total
PIS/PASEP		603	603		603	603		603	603
COFINS	1.430	19.474	20.904	1.430	19.474	20.904	1.430	19.474	20.904
	1.430	20.077	21.507	1.430	20.077	21.507	1.430	20.077	21.507
Período 29/09/06 à 30/09/11									
Atualizações - TJLP	221	2.426	2.647	301	2.918	3.219	351	3.135	3.486
Amortização	(1.145)	(14.705)	(15.850)	(986)	(12.674)	(13.660)	(827)	(10.640)	(11.467)
	<b>506</b>	<b>7.798</b>	<b>8.304</b>	<b>745</b>	<b>10.321</b>	<b>11.066</b>	<b>954</b>	<b>12.572</b>	<b>13.526</b>

**19. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS**

Contabilização da estimativa das obrigações em potencial referentes a férias e encargos devidas aos empregados, sem prejuízo da remuneração mensal, na vigência do contrato de trabalho, e dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas e contabilização dos impostos calculados sobre a receita gerada pelo valor novo de reposição.

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Férias	6.677	9.108	8.254
Encargos sobre férias	2.581	3.519	3.037
Plano de incentivo ao desligamento - PID (a)	4.392		
	<b>13.650</b>	<b>12.627</b>	<b>11.291</b>

(a) Previsão das verbas rescisórias de 16 funcionários que aderiram ao Plano de incentivo ao desligamento – PID com saída programada para outubro e novembro de 2014.

**20. OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO**

Descrição	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP (a)	18.160	16.256	13.807
Devolução de recursos CDE - LPT (b)			
ECFs 171/2007 - 3ª tranche	19.496	17.942	16.504
ECFs 196/2007 - 4ª tranche	2.537		
ECFs 242/2008 - 5ª tranche	3.934		
ECFs 250/2009 - 6ª tranche	6.625		
	<b>32.592</b>	<b>17.942</b>	<b>16.504</b>
Total	<b>50.752</b>	<b>34.198</b>	<b>30.311</b>

**a) Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP**

Tributo que incide sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelos Municípios, no âmbito do seu território, instituído pelo Art. 149-A da Constituição Federal. Estas contribuições são cobradas nas contas de energia e quando arrecadadas são repassadas as Prefeituras Municipais.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Devolução de recursos CDE – PLpT**

Refere-se a valores recebidos e não utilizados no Programa Luz para Todos, cuja devolução é feita através de confissão de dívida entre a Companhia e a Eletrobras. Os valores apresentados estão corrigidos pela taxa SELIC.

**21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

		31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Avaliação atuarial CVM 600	(a)	1.402	155.097	3.327	127.931	16.912	51.200
Contribuição suplementar da patrocinadora	(b)	3.621	7.185	3.310	9.966	2.695	12.258
		<u>5.023</u>	<u>162.282</u>	<u>6.637</u>	<u>137.897</u>	<u>19.607</u>	<u>63.458</u>

A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência - FACEAL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, caracterizada como entidade fechada de previdência complementar, instituída e patrocinada pela Companhia, conforme exigências da legislação brasileira.

Os benefícios previdenciários concedidos pela FACEAL nos termos do regulamento são:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez
- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço
- Suplementação de aposentadoria por idade
- Suplementação de pensão por morte
- Suplementação de aposentadoria especial
- Suplementação de abono anual

Esses benefícios são garantidos através de dois planos: o primeiro, mais antigo, que tem a característica de Plano de Benefício Definido – Plano BD, que garante renda vitalícia aos beneficiários. O outro, com a característica de Plano de Contribuição Definida – Plano CD, iniciado a partir de 2008, garante rendas por prazos definidos de acordo com a capitalização ocorrida no período de atividade.

Quanto ao programa diretamente gerenciado pela Companhia em benefício de antigos empregados não beneficiários da FACEAL, há a concessão de um pecúlio por morte e a cobertura de gastos com assistência médica, envolvendo uma população fechada. A avaliação desse programa especial foi efetuada com base no valor presente da reserva matemática correspondente aos benefícios em favor dessa população. Tendo em vista a anterioridade da população e sua característica fechada, a Tábua de Mortalidade adotada nesse programa especial foi a AT-83.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela FACEAL.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

**a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B**

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios do Plano BD, abaixo descrito, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na companhia, com reversão em renda de aposentadoria.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esse regime contributivo estabelece aportes mensais por parte de empregados e da empresa, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2013, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 5.983 (2012 - R\$ 6.654).

**b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A**

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda.

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

<b>DADOS POPULACIONAIS</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>1. Participantes ativos</b>		
1.1. Participantes - nº	23	26
1.2. Idade Média	48,33	48
1.3 Salário Médio em R\$	2.534,52	2.600,37
<b>2. Aposentados</b>		
2.1. Participantes Aposentados - nº	331	333
2.2. Idade Média	68,77	68
2.3. Benefício Médio em R\$	1.578,37	1.521,15
<b>3. Pensionistas</b>		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	176	166
3.3. Benefício Médio em R\$	707,16	563,18
<b>População Total</b>	<b>530</b>	<b>525</b>

**c) Termos de Compromissos**

Dívidas contratadas

A Companhia, em razão de insuficiência de cobertura das obrigações decorrentes de direitos relativos ao tempo de serviço já completado pelos beneficiários até a data deste balanço, subscreveu, com a entidade de previdência privada administradora do programa, um Contrato de Dívidas cujos saldos devedores na data de 31/12/2013, 31/12/2012 e 01/01/2012 eram respectivamente R\$ 10.805, R\$ 13.276 e R\$14.953.

Essa dívida está sendo amortizada em 100 parcelas, a partir de setembro de 2008, sendo compensada com os resultados atuariais do programa a cada ano.

**21.1 Programa de Assistência à Saúde**

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsidio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez.



**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

**21.2 Efeitos do Plano BD, Assistência Saúde e Seguro**

**21.2.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas**

<b>Hipóteses Econômicas</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Taxa de juros de desconto atuarial anual	11,99%	8,26%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,35%	3,22%
Projeção de aumento médio dos salários	7,41%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	4,89%
Taxa médica de inflação anual	5,30%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,99%	8,26%
<b>Hipóteses Demográficas</b>		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos de cada plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R\$ 5.173 (2012 – R\$ 33.403).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

**21.2.2 Planos de Benefícios em 31 de dezembro**

O plano de benefício normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em fundos de investimento de renda fixa, ações e realizáveis, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
-----------------------	---

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios estão apresentadas a seguir:

a) Conciliação de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	31.12.2013			31.12.2012		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	92.241	149.512	241.753	112.113	131.259	243.372
Valor justo dos ativos do plano (-)	(193.435)		(193.435)	(190.689)		(190.689)
Passivo (Ativo) líquido	(101.194)	149.512	48.318	(78.576)	131.259	52.683
Efeito da restrição sobre o ativo	101.194		101.194	78.576		78.576
Valor do passivo (ativo) de benefício pós emprego		149.512	149.512		131.259	131.259
Custo do serviço corrente	476		476	(404)		(404)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais		10.852	10.852	(6.848)	2.887	(3.961)
Valor do passivo (ativo) de benefício pós emprego	476	10.852	11.328	(7.252)	2.887	(4.365)

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente estão apresentada a seguir:

Descritivo	2013		
	Plano BD	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>			
Valor das obrigações atuariais no início do ano	112.113	131.258	243.371
Custo de serviços correntes líquidos	73		73
Custo de juros	8.955	10.851	19.806
Benefícios pagos	(7.386)	(4.992)	(12.378)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>(21.514)</i>	<i>12.394</i>	<i>(12.394)</i>
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudança de premissas demográficas			
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(32.471)	(75.385)	(107.856)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela exeperiência	10.957	87.779	98.736
<b>Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano</b>	<b>92.241</b>	<b>149.511</b>	<b>241.752</b>
Valor justo dos ativos no início do ano	190.689		190.689
Receita de juros	15.651		15.651
Contribuições patronais	549		549
Contribuições de participantes do plano	4.409	4.991	9.400
Benefícios pagos/adiantados	(7.386)	(4.991)	(12.377)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	(10.477)		(10.477)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	10.477		10.477
<b>Valor justos dos ativos no fim do exercício</b>	<b>193.435</b>		<b>193.435</b>

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descritivo	2012		
	Plano BD	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>			
Valor das obrigações atuariais no início do ano	89.457	68.112	157.569
Custo de serviços correntes líquidos	68		68
Custo de juros	9.041	1.760	10.801
Benefícios pagos/adiantados	(7.431)	(3.805)	(11.236)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	20.978	65.191	86.169
<b>Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano</b>	<b>112.113</b>	<b>131.258</b>	<b>243.371</b>
Valor justo dos ativos no início do ano	160.062		160.062
Receita de juros	15.889		15.889
Contribuições patronais	4.148	3.805	7.953
Contribuições de participantes do plano	507		507
Benefícios pagos/adiantados	(7.431)	(3.805)	(11.236)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	17.514		17.514
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	17.514		17.514
<b>Valor justos dos ativos no fim do exercício</b>	<b>190.689</b>		<b>190.689</b>

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de ativo	BD	
	2013	2012
Disponível		70,00
Realizável previdenciário	16.327	20
Investimento em renda fixa	189.207	
Investimento em renda variável	6.911	184.257
Empréstimos e financiamentos	2.963	3.080
Recursos a receber do patrocinador	(7.434)	
Outros		4.223
(-) Exigíveis previdenciários	(904)	(821)
(-) Exigíveis de investimentos		(140)
(-) Exigíveis contingencial	(10.847)	
(-) Fundo administrativo	(2.787)	
<b>Total dos ativos garantidos</b>	<b>193.436</b>	<b>190.689</b>

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercado ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados cativos.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21.2.3 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes**

<b>Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Programa previdenciário	39.236	34.351
Programa de saúde	125.258	112.864
<b>Total</b>	<b>164.494</b>	<b>147.215</b>

<b>Descritivo</b>	<b>2013</b>		
	<b>Plano BD</b>	<b>Saúde</b>	<b>Total</b>
<b>Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA do exercício</b>			
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas			-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	32.471	75.385	107.856
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(10.957)	(87.779)	(98.736)
Retorno sobre ativos do plano	(10.478)		(10.478)
Ajustes a restrição ao ativo de benefício definido	(15.921)		(15.921)
<b>Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(4.885)</b>	<b>(12.394)</b>	<b>(17.279)</b>

<b>Descritivo</b>	<b>2012</b>		
	<b>Plano BD</b>	<b>Saúde</b>	<b>Total</b>
<b>Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA do exercício</b>			
Ganhos (perdas) atuariais no valor das obrigações	20.979	65.192	86.171
Retorno sobre ativos do plano	(17.549)		(17.549)
Ajustes a restrição ao ativo de benefício definido	7.970		7.970
<b>Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano</b>	<b>11.400</b>	<b>65.192</b>	<b>76.592</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

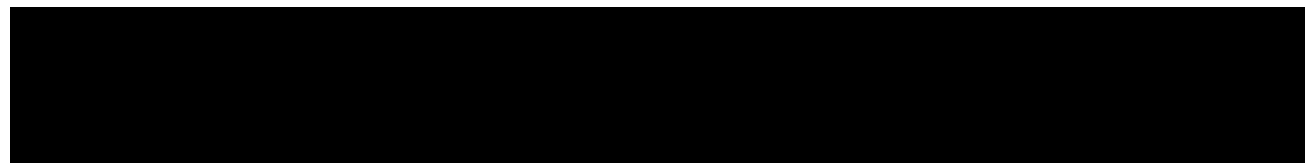
---

**21.3 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício**

A Companhia espera contribuir com R\$ 4.498 para o plano de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefícios definido é de 6,78 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

**21.4 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período do relatório, mantendo-se todas as premissas constantes.

Plano de Benefício Definido

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.943 (aumento de R\$ 2.020);
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuisse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 1.585 (redução de R\$ 1.623).

Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 30.050 (aumento de R\$ 24.962).

**21.5 Plano de demissão incentivada – PID**

Previsão de R\$ 5.585 referente ao ressarcimento do Plano de Saúde para os funcionários que aderiram o PID, conforme incentivo definidos no Plano (Nota 31).

**22. ENCARGOS SETORIAIS**

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência de contrato de concessão, definidos em legislação específica e suas quotas são fixadas pela ANEEL para assegurar, dentre outros objetivos, o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
Quota para RGR	(a)	1		3.305
Quota para CCC	(b)		1.724	2.848
Quota para CDE		313	539	473
Variação da quota RGR	©			4.769
Taxa de fiscalização	(d)	183	158	141
		<b>497</b>	<b>2.421</b>	<b>11.536</b>

- a) De acordo com o Art. 21 da MP 579, de 12 de setembro de 2012, convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, as distribuidoras de energia ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Através do Despacho nº 34, de 10 de janeiro de 2013 a ANEEL revogou os Despachos que fixaram as quotas. O saldo refere-se aos juros do mês de dezembro de 2013, fixada pela ANEEL através do Despacho nº 298, de 11 de fevereiro de 2014.
- b) Através da Resolução Homologatória nº 1.445, de 24 de janeiro de 2013 – Art. 6º, a ANEEL determina a isenção do pagamento da quota anual da CCC a partir do mês de fevereiro de 2013;
- c) A variação da quota RGR no exercício de 2011 corresponde à diferença a menor apurada nos recolhimentos da Reserva Global de Reversão - RGR, referente aos exercícios de 2010 e 2011; No exercício de 2012 com a extinção da quota, foi revertido todo o valor provisionado;
- d) Através do Despacho nº 2.093, de 04 de julho de 2013, a ANEEL fixou o valor da Taxa de Fiscalização para o período de agosto de 2013 a julho de 2014. O saldo refere-se à quota do mês de dezembro/2013.

**23. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>		<b>01.01.2012</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
P&D - FNDCT	330		136		238	
P&D - MME	160		68		119	
Ressarcimento ICMS			199		343	
P&D - Recursos a aplicar	10.790	6.951	5.095	10.473	4.715	8.797
PEE - Recursos a aplicar	7.920	6.432	4.415	5.870	5.099	1.984
	<b>19.200</b>	<b>13.383</b>	<b>9.913</b>	<b>16.343</b>	<b>10.514</b>	<b>10.781</b>

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas, conforme Resolução nº 300/2005. Os valores são constituídos a partir do reconhecimento dos itens que compõem a Receita Operacional Líquida – ROL, conforme Resolução 300/2005, alterada pelas Resoluções nº 504/2012, de 14 de agosto de 2012 e nº 556/2013, de 18 de junho de 2013.

O saldo não aplicado dos Programas é atualizado mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento, deduzidos dos valores aplicados nas ODS, até o momento efetivo do encerramento do projeto, com base na taxa SELIC.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ressarcimento ICMS

Provisão dos recursos para custear o ressarcimento de Estados e Municípios que tiverem perda de receita, decorrente da arrecadação de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, nos vinte e quatro meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme determinação da ANEEL através da Resolução Normativa nº 410, de 24 de agosto de 2010, com vigência até 31 de dezembro de 2012.

**24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

As provisões para contingências são baseadas na estimativa da opinião dos nossos consultores jurídicos das possíveis indenizações por ações cíveis, tributárias e trabalhistas que se acham em tramitação em diversas instâncias de decisão judicial.

	Ref.	Probabilidade de perda provável		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Trabalhistas	(1)	20.866	19.281	23.213
Cíveis	(2)	24.322	37.890	28.401
Tributárias	(3)	38.285	36.855	35.266
		<b>83.473</b>	<b>94.026</b>	<b>86.880</b>

	Ref.	Probabilidade de perda possível		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Trabalhistas	(1)	28.152	18.761	15.248
Cíveis	(2)	127.620	94.217	87.534
Tributárias	(3)	1.118	1.083	1.052
		<b>156.890</b>	<b>114.061</b>	<b>103.834</b>

**a) Mutações das provisões para contingências:**

	<u>01.01.2012</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>Constituição</u>	<u>Pagamento / reversão</u>	<u>31.12.2013</u>
Trabalhistas	23.213	19.281	2.831	(1.246)	20.866
Cíveis	28.401	37.890	1.984	(15.552)	24.322
Tributárias	35.266	36.855	1.430		38.285
	<b>86.880</b>	<b>94.026</b>	<b>6.245</b>	<b>(16.798)</b>	<b>83.473</b>



ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Quantidade de processos judiciais em andamento:**

	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2012</u></b>	<b><u>01.01.2012</u></b>
Juizados especiais	2.664	1.607	1.307
Justiça do trabalho	1.176	988	1.030
Justiça estadual	1.823	1.462	1.258
Justiça federal	59	54	52
Outros	723	727	715
	<b><u>6.445</u></b>	<b><u>4.838</u></b>	<b><u>4.362</u></b>

**(1) Trabalhistas**

Nesse agrupamento, a Companhia figura nos processos basicamente na qualidade de Ré, vez que geralmente o que se discute na Justiça do Trabalho são diversas ações movidas contra a Companhia por ex-empregados, empregados do quadro atual e terceirizados, envolvendo principalmente: adicional de periculosidade, diferença de adicional de periculosidade, diferença salariais, férias, férias proporcionais, gratificação de função, horas extras, verbas rescisórias, plano Bresser, multa compensatória de 40% sobre saldo dos expurgos inflacionários depositados em conta vinculada de ex-obreiros, indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho e reintegração de demitidos.

	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2012</u></b>	<b><u>01.12.2012</u></b>
Provável	20.866	19.281	23.213
Possível	28.152	18.761	15.248
Remota	1.726	1.765	1.534
	<b><u>50.744</u></b>	<b><u>39.807</u></b>	<b><u>39.995</u></b>

**(2) Cíveis**

Nas ações cíveis o maior número de processos diz respeito à recuperação de crédito (cobrança, execução etc.), estando à Companhia no pólo ativo da demanda, e a responsabilidade civil (indenizações por danos materiais, morais etc.), quando a Companhia figura no pólo passivo da relação processual.

ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Ref.</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.12.2012</b>
Probabilidade de perda				
Provável				
Indenização	(a)	11.808	17.206	12.731
Repetição de indébito	(d)	57	57	57
Execução fiscal/embargos	(e)	415	417	397
Juizados especiais	(f)	5.461	16.801	12.010
Outros	(g)	<u>6.581</u>	<u>3.409</u>	<u>3.206</u>
		<u>24.322</u>	<u>37.890</u>	<u>28.401</u>
Probabilidade de perda				
Possível				
Indenização	(a)	14.148	13.869	15.998
Ação civil pública	(b)	54.277	54.277	54.778
Revisional de contratos	(c)	35	35	11
Repetição de indébito	(d)	56	56	61
Execução fiscal/embargos	(e)	6.016	393	402
Juizados especiais	(f)	3.720	1.491	1.597
Outros	(g)	<u>49.368</u>	<u>24.096</u>	<u>14.687</u>
		<u>127.620</u>	<u>94.217</u>	<u>87.534</u>
Probabilidade de perda				
Remota				
Indenização	(a)	4.575	4.325	6.296
Ação civil pública	(b)	15	10	10
Repetição de indébito	(d)	1.221	1.221	1.321
Execução fiscal/embargos	(e)	2.800	3.114	3.237
Juizados especiais	(f)	527	350	310
Outros	(g)	<u>2.027</u>	<u>1.320</u>	<u>29.527</u>
		<u>11.165</u>	<u>10.340</u>	<u>40.701</u>

**(a) Indenização:** agrupamento dos processos que envolvem pedido de indenização por danos morais ou materiais. Os fatos geradores mais comuns são: acidentes nos sistemas de transmissão de energia elétrica do Sistema Elétrico de Potência, com ou sem óbito; defeitos na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, com danificação de aparelhos elétricos dos consumidores; interrupção indevida do fornecimento de energia elétrica; inclusão indevida do consumidor nos cadastros de inadimplentes.

**(b) Ação Civil Pública:** agrupamento das ações que envolvem a suposta coação ilegal de autoridade revestida nas atribuições do poder concedente (interrupção do fornecimento de energia elétrica, negativa de ligação de consumidor ao Sistema Elétrico de Potência etc.) e as ações de interesse público, que induzem à participação do Ministério ou Defensoria Pública (defesa de direitos coletivos difusos).

**(c) Revisional de Contratos:** agrupamento das ações propostas pelos consumidores que entendem existir algum problema ou erro com o contrato firmado com a concessionária.

**(d) Repetição de Indébito:** agrupamento de ações propostas com consumidores que alegam ter pago à concessionária mais do que era efetivamente devido, e através das referidas ações, pedem a devolução do pagamento supostamente indevido.

**(e) Execução fiscal/Embargos:** agrupamento das ações propostas pelas Fazendas Públicas (Municipal, Estadual e Federal) objetivando cobrar da concessionária eventuais dívidas, em geral de natureza tributária.

**(f) Juizados especiais:** ações cíveis tramitando no Juizado Especial no montante estimado de R\$ 13.917, sendo R\$ 12.010 avaliados como de perda provável. Referem-se a: cancelamento de dívida, declaração de nulidade, indenização por danos morais, indenização por danos materiais, renegociação de dívida, repetição de indébito, revisão de consumo.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(g) Outros:** agrupamento das demais ações não incluídas nos tópicos nominados especificamente seja na esfera administrativa (PROCON, Procuradorias etc.), seja na esfera judicial. A variação é decorrente do aumento dos processos em andamento.

**(3) Tributárias**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
Causas tributárias	36.855	35.266	35.101
	<b>36.855</b>	<b>35.266</b>	<b>35.101</b>

**ICMS Baixa Renda**

Apesar da demanda em epígrafe se tratar ainda de lide administrativa, sem interferência do Judiciário, destacamos sua importância.

- Auto de Infração nº 99.78026-002 – a SEFAZ notificou a Companhia para a falta de recolhimento do ICMS da subclasse Baixa Renda, porém, relativa ao período de 2003 a 2005, sendo argüida perante a autoridade administrativa preliminar de decadência, desta vez, referente ao período de janeiro a maio de 2003. Defesa apresentada em 29.07.2007. A 2ª Câmara do Conselho acolheu a preliminar de decadência referente ao período de janeiro a junho/2003, conforme Acórdão nº P-289/2011 de 01.12.2011.
- Interpusemos Recurso Especial Administrativo junto a SEFAZ, porém o resultado do julgamento foi mantido, não existindo mais qualquer recurso administrativo.
- Diante da situação apresentada, ajuizamos Ação Anulatória de Lançamento Fiscal com pedido de antecipação de tutela, que tomou o número 0703653-52.2011.8.02.0001 e tramita na 17ª Vara Cível de Maceió - AL. A antecipação de tutela foi negada, decisão contra a qual interpusemos recurso de agravo de instrumento.
- Agravo de instrumento nº 2012.001209-5 de 23/08/2012, determinando suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui provisão constituída no montante de R\$ 36.855 em relação a esse assunto.

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída:

**a) Trabalhistas**

**PLANO BRESSER**

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução.

Dáí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende “à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos”.

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados “gatilhos” e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, foram apresentados Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria, procedimento também adotado pela Advocacia Geral da União.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data base. A Companhia tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, no montante de R\$ 4.502.

#### **b) Tributárias**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui provisão constituída no montante de R\$ 36.855 em relação a esse assunto.

#### **Imposto sobre transmissão causa mortis e doação**

Imposto cobrado pela Secretaria Executiva da Fazenda quando do recebimento de bens, a título de doações, feitas por consumidores.

- Auto de Infração nº 062052, lavrado em 22/11/2004, referente aos meses de janeiro, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1998, resultando no Processo nº 1500.33881/2004. Como não existe previsão legal para os exercícios de 1999 a 2003, conforme Decisão nº 15.723/08, conclui-se que o mesmo se aplica ao exercício de 1998, portanto, este foi considerado como improcedente. Foi obtida Decisão Administrativa nº 18.617/12, concluindo-se pela extinção do crédito tributário em face da decadência. Atualmente, o processo está aguardando julgamento do Conselho de Contribuintes, sendo o valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 de R\$ 734.
- Auto de Infração nº 062057, lavrado em 22/11/2004, referente ao período de fevereiro a dezembro de 1999; janeiro, março, abril, junho, julho, agosto, novembro e dezembro de 2000; exercício de 2001; de fevereiro a dezembro de 2003; janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto e setembro de 2004, que resultou no processo nº 1500.34028/2004. Através da defesa apresentada em 17/12/2004, o auto foi considerado parcialmente procedente por falta de previsão legal de alíquota para os exercícios de 1999 a 2003, sendo considerado apenas o ano de 2004. Nova defesa foi apresentada ao Conselho de contribuinte em 17/10/2008. A Companhia efetuou depósito em juízo em 02/07/2010. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa em razão do depósito judicial realizado. O processo está pendente de prolação de sentença, sendo o valor atualizado do depósito em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 349.

Em 31 de dezembro de 2013, os consultores jurídicos da Companhia classificaram essa lide como de possibilidade de perda possível.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**25. OUTROS**

	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>		<b>01.01.2012</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Consumidores (a)	982	3.305	908	3.305	667	3.305
Contribuição patrocinadora	511		933		967	
Cauções em garantia	828		784		418	
Programa de redução consumo de energia elétrica			2.409		2.409	
Folha de pagamento (b)	8.286		7.821		7.929	
Multas ANEEL e ARSAL (c)	7.445		8.471		6.021	
Encargos tarifários	63		450		517	
Provisões operacionais	11.337		7.857			
Provisão fatura auxílio alimentação			1.888		2.724	
Outros	1.135	981	1.613	981	1.341	981
	<b>30.587</b>	<b>4.286</b>	<b>33.134</b>	<b>4.286</b>	<b>22.993</b>	<b>4.286</b>

**a) Consumidores**

Referem-se a pagamento em duplicidade de contas de energia pelos consumidores, e participação financeira do consumidor em obras.

**b) Folha de pagamento**

O detalhamento desta conta está assim composto:

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
Folha de pagamento	4.031	3.110	4.059
Tributos e contribuições retidos na fonte	2.136	2.049	1.862
Consignações	2.119	2.662	2.008
	<b>8.286</b>	<b>7.821</b>	<b>7.929</b>

**c) Multas ARSAL e ANEEL**

A Companhia foi autuada pela ANEEL em decorrência de procedimentos irregulares ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que regulam o setor. As multas estão assim detalhadas (\*):

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>	<b>Descriminação</b>
AI 001/2004	1.453	1.873	1.727	Fiscalização Técnico Comercial estornado em 2010 - parcelado em dezembro de 2013
AI 002/2010		649	649	Fiscalização dos indicadores de continuidade (DIC, FIC e DMIC) dos anos de 2006, 2007 e 2008- Pagamento parcela em 12 vezes com início em dezembro/2012
AI 001/2011		2.968	2.733	Fiscalização Técnico Comercial ano 2011, liquidada em 07/08/2013
AI 002/2011		980	912	Metas mensais dos índices INS, IAB e ICO, referente ao exercício de 2010, liquidada em 09/01/2013
AI 002/2012	2.151	2.001		Fiscalização Técnico Comercial ano 2012. Pagamento parcelado em 12 vezes com início em dezembro/2013
AI 003/2012	802			Metas mensais dos índices INS, lab e ICO, referente ao exercício de 2011
AI 004/2012	1.054			Indicadores DEC e FEC exercício de 2009
AI 005/2012	765			Nível de tensão
AI 1001/2013	477			Metas mensais dos índices INS, lab e ICO, referente ao exercício de 2012
AI 1002/2013	607			Indicadores de continuidade individuais
AI 1004/2013	124			Níveis de tensão e atendimento de unidades consumidoras
AI 1005/2013	12			Fiscalização comercial exercício de 2013
	<b>7.445</b>	<b>8.471</b>	<b>6.021</b>	

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIC – Duração de interrupção individual por unidade consumidora  
 FIC – Frequência de interrupção individual por unidade consumidora  
 DMIC – Duração máxima de interrupção contínua por unidade do consumidor  
 INS – Índice de nível de serviços  
 IAB – Índice de abandono  
 ICO – Índice de chamadas ocupadas  
 DEC – Duração equivalente de interrupção por unidade consumidora  
 FEC – Frequencia equivalente de interrupção por unidade consumidora

(\*) Para todos os autos a Companhia apresentou recursos administrativos, cujas penalidades foram mantidas ou estão em análise pelo Órgão Regulador.

**26. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC**

Referem-se a aporte de recursos pela Eletrobras para cobertura de déficit operacional e são atualizados monetariamente pela taxa SELIC até a efetiva capitalização, ficando assim a composição:

<b>Adiantamentos</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
Saldo corrigido Res. 105/2004 de 16.02.2004		2.242	2.066
Saldo corrigido Res. 394/2005 de 25.05.2005		2.266	2.089
Saldo corrigido Res. 1706/2005 de 23.08.2005		2.616	2.411
Saldo corrigido Res. 896/2005 de 04.10.2005		1.939	1.788
Resolução 309/2011 de 14.04.2011		102.451	89.000
Resolução 581/2012 de 09.07.2012	3.347	40.000	
Resolução 760/2012 de 30.08.2012	1.141	15.000	
Resolução 968/2012 de 06.12.2012	3.210	10.000	
	<b>7.698</b>	<b>176.514</b>	<b>97.354</b>

A movimentação dos adiantamentos está demonstrado a seguir:

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Saldo no início do exercício	176.514	97.354	7.485
Liberação	21.918	65.000	89.000
Atualização monetária	10.228	14.160	869
Baixas	(200.962)		
Saldo no fim do exercício	<b>7.698</b>	<b>176.514</b>	<b>97.354</b>

A baixa trata-se da capitalização para fins de integralização do capital subscrito da Companhia, sem emissão de novas ações, conforme Resolução de Diretoria Executiva RES – 131/2012, de 26/09/2012, e RES 086/2013, de 11/06/2013, e Deliberação do Conselho de Administração DEL-036/2012 de 24/10/2012 e DEL - 023/2013 de 26/06/2013 respectivamente.

Para os processos de integralização ocorridos faz-se necessário autorizações ministerias que decorre em um determinado período. O saldo remanescente no exercício de 2013 refere-se as variações monetárias sobre o periodo da solicitação até a sua efetiva integralização.

## ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 27. CAPITAL SOCIAL

A composição acionária do capital social da Companhia em 01 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estava assim apresentada:

	31.12.2012					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quant.*	(%)	Quant.*	(%)	Quant.*	(%)
Eletrobras	516.593.860	100,00	8.890.673	100,00	525.484.533	100,00

\* - quantidades em milhares de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2013, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 164.039, passando de R\$ 525.484 para R\$ 689.524, com os créditos de adiantamento para futuro aumento de capital das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS, estabelecendo o valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2013, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 36.922 mil com os créditos de adiantamento para futuro aumento de capital das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS. Essa integralização ocorreu sem emissão de novas ações, ficando a ação sem valor nominal.

A composição acionária após a integralização do capital social passou a ser:

	31.12.2013					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quant.*	(%)	Quant.*	(%)	Quant.*	(%)
Eletrobras	677.858.321	100,00	11.666.063	100,00	689.524.384	100,00

\*Quantidades em milhares de ações

As ações ordinárias, na forma nominativa e escritural, têm direito de voto, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei. As ações preferenciais, conforme estatuto social é assegurado um dividendo mínimo prioritário e cumulativo de 10% ao ano, calculado sobre o valor do capital integralizado, relativo a essa classe de ações.

#### 28. PREJUÍZO POR AÇÃO

##### a) Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>01.12.2012</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(47.569)	(971)	(48.540)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	516.593	8.891	525.484
10% a mais para dividendos		889	889
Prejuízo básico por ação	<u>(0,09)</u>	<u>(0,11)</u>	<u>(0,09)</u>
	<b>31.12.2012 (Reapresentado)</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(114.773)	(2.173)	(116.946)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	516.593	8.891	525.484
10% a mais para dividendos		1.927	1.927
Prejuízo básico por ação	<u>(0,22)</u>	<u>(0,24)</u>	<u>(0,22)</u>
	<b>31.12.2013</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(134.601)	(2.548)	(137.149)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	714.156	12.291	726.447
10% a mais para dividendos		1.229	1.229
Prejuízo básico por ação	<u>(0,19)</u>	<u>(0,21)</u>	<u>(0,19)</u>

**b) Diluído**

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: AFAC. De acordo com o cálculo efetuado pela administração, as ações potenciais são antidiluidoras, pois sua conversão em ações ordinárias e preferenciais diminui o prejuízo por ação, portanto, o prejuízo por ação diluído é igual ao prejuízo por ação básico apresentado acima.

	<b>01.12.2012</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferencias</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(47.569)	(971)	(48.540)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	516.594	8.891	525.485
Média ponderada da quantidade de ações diluidoras	544.633	889	545.522
10% a mais para dividendos		1.470	1.470
Prejuízo básico por ação	<u>(0,04)</u>	<u>(0,10)</u>	<u>(0,09)</u>
	<b>31.12.2012 (Reapresentado)</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferencias</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(114.773)	(2.173)	(116.946)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	516.594	8.891	525.485
Média ponderada da quantidade de ações diluidoras	583.544	10.043	593.587
10% a mais para dividendos		1.893	1.893
Prejuízo básico por ação	<u>(0,10)</u>	<u>(0,11)</u>	<u>(0,10)</u>
	<b>31.12.2013</b>		
	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferencias</b>	<b>Total</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(134.601)	(2.548)	(137.149)
Média ponderada da quantidade de ações básicas	714.156	12.291	726.447
Média ponderada da quantidade de ações diluidoras	717.940	12.356	730.296
10% a mais para dividendos		2.465	2.465
Prejuízo básico por ação	<u>(0,09)</u>	<u>(0,10)</u>	<u>(0,09)</u>



**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

DESCRIÇÃO	Nº de Consumidores*		MWh*		R\$	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<b>Fornecimento e suprimento</b>	(a)					
Residencial	900.642	870.668	1.225.493	1.094.798	480.970	483.422
Industrial	2.649	2.671	554.697	584.373	122.852	149.572
Comercial	57.689	56.367	680.412	633.334	260.674	266.173
Rural	10.429	10.326	216.079	210.218	37.029	42.934
Poder Público	8.581	8.345	145.272	138.799	48.774	50.950
Iluminação Pública	197	200	189.829	155.555	39.257	35.373
Serviço Público	1.139	1.092	179.167	185.652	42.459	46.124
(-) transferência receita disponibilidade					(697.102)	(716.789)
<b>Total</b>	<b>981.326</b>	<b>949.669</b>	<b>3.190.949</b>	<b>3.002.729</b>	<b>334.913</b>	<b>357.759</b>
<b>Receita pela disponibilidade da rede</b>						
Encargos de uso da rede					16.356	14.659
Transferência receita fornecimento					697.102	716.789
					<b>713.458</b>	<b>731.448</b>
Energia de curto prazo					31.918	13.889
					<b>1.080.289</b>	<b>1.103.096</b>
<b>Outras receitas</b>						
Tarifa social de consumidores de baixa renda	(b)				39.405	25.166
Receita de construção	(c)				104.440	117.870
Subvenção CDE p/cobertura descontos tarifários	(d)				18.452	
Outros	(e)				13.641	13.709
<b>Total</b>					<b>175.938</b>	<b>156.745</b>
<b>Total receita operacional bruta</b>					<b>1.256.227</b>	<b>1.259.841</b>
<b>Deduções</b>						
<b>Tributos e contribuições sobre a receita</b>						
ICMS sobre venda de energia elétrica					(215.664)	(217.016)
COFINS					(87.222)	(86.592)
PASEP					(18.936)	(18.799)
					<b>(321.822)</b>	<b>(322.407)</b>
<b>Encargos do consumidor</b>						
Quota para Reserva Global de reversão - RGR	(e)				(656)	(2.491)
Encargo do consumidor - PEE					(4.112)	(3.506)
Encargo do consumidor - CDE	(f)				(2.035)	(6.464)
Encargo do consumidor - CCC	(g)				(1.725)	(29.686)
Encargo do consumidor - P&D					(4.197)	(3.506)
Outros encargos					(224)	(2.214)
					<b>(12.949)</b>	<b>(47.867)</b>
<b>Total das deduções</b>					<b>(334.771)</b>	<b>(370.274)</b>
<b>Total da receita operacional líquida</b>					<b>921.456</b>	<b>889.567</b>

**a) Fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica**

- ✓ O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerado (2013 – 3.713\* e 2012 – 4.243\*) e também no quantitativo de consumidores (2012 – 128\* e 2012 – 153\*).
- ✓ De acordo com o Despacho nº 1.618, de 23 de abril de 2008, deverá ser realizada a transferência de receita para atividade de distribuição, adotando para fins de valoração uma única Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD média.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**(1) Análise de mercado**

- **Receita Operacional Líquida** – o aumento de 3,58% em relação ao ano anterior foi influenciada principalmente pelo aumento do mercado cativo de energia em 3,33% correspondente a 31.632 novas unidades consumidoras (31.12.2013 – 981.454 consumidores e 31.12.2012– 949.822 consumidores), somando 3.195 GWh fornecidos, da redução de perdas (31.12.2013 – 26,13 e 31.12.2012 – 27,00; pela Revisão Tarifária que elevou as tarifas em média 3,26%.

As classes que apresentaram maior evolução de consumo foram:

- ✓ Classe Iluminação Pública em 22,03% (37.274 MWh) em virtude das ações de recadastramento realizados nos municípios;
- ✓ A classe Residencial apresentou uma evolução no consumo em 11,94% (130.695 MWh) decorrente do aumento no número de consumidores (29.974 novos consumidores, uma variação de 3,44% em relação a 2012), da redução das tarifas e do aumento na posse e no uso de eletrodomésticos. É importante ressaltar o crescimento da participação da Baixa Renda no consumo residencial, pois passou de 6,3% em 2012 para 9,1% em 2013;
- ✓ A classe Comercial apresentou uma evolução no consumo em 7,43% (47.078MWh) com participação de 4,18% no mercado cativo, além dos fatores econômicos favoráveis ao comércio, com inauguração de novas unidades, houve a inclusão de condomínios residenciais;
- ✓ Classe Rural apresentou uma evolução no consumo em 2,79% (5.861MWh) em virtude do baixo nível de precipitação pluviométrica e aumento de temperatura aumentando a irrigação; e a intensificação ao combate de desvio de energia elétrica, com aumento significativo nos pedidos de ligação para irrigação;
- ✓ A Classe industrial apresentou um decréscimo de 5,08% (- 29.676 MWh) decorrente da migração de uma indústria de cimento para o mercado livre, mesmo com a instalação de novas unidades industriais, principalmente na cadeia químico-plástico;
- ✓ A classe Consumo próprio apresentou um decréscimo de 12,50% (- 530 MWh) decorrente da terceirização dos postos de atendimento nos municípios.

\*Informações não auditadas.

**(2) Perdas elétricas no sistema**

As perdas elétricas totais (técnicas + não técnicas) no sistema de distribuição da Companhia passaram de 27,00% para 26,12%. A ampliação de ações de inspeção e de regularização de unidades consumidoras, as melhorias no processo de faturamento e o recadastramento da carga de iluminação pública foram os principais fatos para redução. As ações pontuais, deflagradas em parceria com a Polícia Militar, para regularização de consumidores clandestinos, atendidos em média tensão, na zona canavieira, contribuíram significativamente para o resultado. Somam-se a essas ações os benefícios decorrentes da inclusão de um novo ponto de suprimento da rede básica em 230 Kv, na regional de Arapiraca, que contribuiu para redução das perdas técnicas; avanço tecnológico na medição de grandes consumidores, com o advento de conjuntos de telemedição em 327 unidades consumidoras atendidas em média tensão, blindando o sistema contra fraude.

Principais indicadores das ações desenvolvidas: energia agregada: 105.500 MWh, energia recuperada: 110.970 MWh, número de regularizações de clandestinos: 4.941, número de operações de inspeções: 86.951, número de processos abertos: 39.556 e assertividade das inspeções: 56%; avanço tecnológico na medição de grandes consumidores.

\*Informações não auditadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**(3) Reajuste tarifário**

- ✓ Exercício de 2012 – Através da Resolução Homologatória nº 1.337, de 21 de agosto de 2012, com vigência a partir de 28 de agosto de 2012 a 27 de agosto de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou o reajuste tarifário de 9,19% (nove vírgula dezenove por cento), sendo 7,83% (sete vírgula oitenta e três por cento) relativos aos componentes econômicos, e 1,37% (um vírgula trinta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais o que levou a um efeito médio de 10,24% (dez vírgula vinte e quatro por cento). Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e do Encargo de Serviço do Sistema – ESS (R\$ 14.769) e Quota anual da CCC (R\$ 20.695), e atualizando a da Receita Anual às demais Instalações de Transmissão. Este reajuste incidiu na tarifa aplicada até 27 de agosto de 2012 – 5,16%, conforme Resolução Homologatória nº 1.193, de 23 de agosto de 2011.
- ✓ Revisão Tarifária Extraordinária – Através da Resolução Homologatória nº 1.445, de 24 de janeiro de 2013, com vigência no período de 24 de janeiro de 2013 a 27 de agosto de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou as tarifas com redução média na baixa tensão em 18% e para alta tensão 22%; Revogou a quota anual da Conta de Consumo de Combustível – CCC e homologou o valor mensal de R\$ 1.846 a ser repassado pela Eletrobras a partir de fevereiro de 2013, até o dia 10 do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.
- ✓ Revisão tarifária 2013 – Através da Resolução Homologatória nº 1.606, de 27 de agosto de 2013, com vigência a partir de 28 de agosto de 2013 a 27 de agosto de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, homologou a Revisão Tarifária de 3,29% (três vírgula vinte e nove por cento), sendo -1,86% (um vírgula oitenta e seis por cento negativo) relativos aos componentes econômicos, e 5,15% (cinco vírgula quinze por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais o que levou a um efeito médio de 3,26% (três vírgula vinte e seis por cento). Fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD). Este reajuste incidiu na tarifa reduzidas na Revisão Tarifária Extraordinária de 2013.

**b) Tarifa social de consumidores de baixa renda**

As subvenções econômicas do subsídio da baixa renda a ser ressarcida pelo fundo da CDE administrado pela Eletrobras são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

A Resolução Normativa nº 472, de 24 de janeiro de 2012, estabelece que as concessionárias de distribuição, desde a realização das respectivas revisões periódicas do 2º Ciclo, o custeio da aplicação da TSEE é misto, sendo parte com recursos da CDE e parte com recursos provenientes das tarifas dos consumidores da própria área de concessão, mediante a consideração, no processo tarifário de cada concessionária, de componente financeiro específico denominado “Previsão Subsídio Baixa Renda”, cujo valor é revertido no processo tarifário subsequente e substituído pelo montante definitivo do subsídio apurado a partir dos dados validados pela ANEEL no período de referência.

Conforme Art. 13, a DMR das concessionárias de distribuição referente ao período de dezembro de 2011 até o mês anterior ao respectivo reajuste ou revisão tarifária de 2012, deve ser custeada com recursos da CDE em relação ao valor que exceder 1% (um por cento) da receita econômica da concessionária, além dos descontos concedidos às famílias indígenas e quilombolas a que se refere o § 2o do art. 5o.

O aumento nesta rubrica refere-se a novas regras homologadas pela ANEEL por meio da Resolução nº 945/10 e Resolução Normativa nº 426/2011, no tocante ao cadastramento dos consumidores.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Receita e custo de construção**

O ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Procedimentos Técnicos CPC 17 – Contrato de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (ii) toda receita de construção esta relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Os saldos de receita e custo de construção correspondem a R\$ 104.440 em 2013 (2012 – R\$ 117.870), respectivamente.

**d) Subvenção da CDE para custear descontos tarifários.**

Conforme Art. 13, inciso VII da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, a ANEEL homologou os valores a serem repassados com recursos CDE pela Eletrobras, para cobertura dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários, retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da revisão extraordinária:

- Subsidio irrigantes/aquicultor;
- Subsidio rural
- Subsidio água, esgoto e saneamento;
- Subsidio geração fonte incentivada;
- Subsidio carga fonte incentivada

Os valores homologados foram:

	<b><u>31.12.2013</u></b>
Resolução Homologatória nº 1445, de 24 de janeiro de 2013 (valor mensal R\$ 1.846)- período março a novembro/2013	16.613
Resolução Homologatória nº 1606, de 27 de agosto de 2013 (valor mensal de R\$ 1.839) - período dezembro de 2013 a julho de 2014.	1.839
	<b><u>18.452</u></b>

**e) Outras receitas**

	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2012</u></b>
Renda da prestação de serviços	75	519
Arrendamentos e alugueis	4.772	3.472
Serviço taxado	5.805	3.872
Cobranças diversas - consumidores	624	3.627
Taxa de administração cobrança COSIP	1.890	2.053
Outras	475	166
	<b><u>13.641</u></b>	<b><u>13.709</u></b>

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São receitas decorrentes da prestação de serviços como aluguéis de uso mútuo de postes, taxa de administração da COSIP, e serviços cobráveis definidos pela REN 414/2010: Vistoria, aferição de medidor, religação normal, religação de urgência, segunda via de fatura, desligamento programado, religação programada, deslocamento ou remoção de postes, visita técnica, custo administrativo de inspeção

**f) Quota para reserva global de reversão**

É um encargo pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão dos serviços públicos de energia elétrica. As quotas dos exercícios de 2012 e 2011 foram fixadas através dos Despachos nºs 2.999, de 27 de setembro de 2012 e 3.690, de 12 de setembro de 2011 respectivamente. Com a extinção deste encargo através do Despacho nº 34 da ANEEL, de 10 de janeiro de 2013, houve a reversão dos valores contabilizados de variação da quota dos exercícios de 2010 a 2012, calculados na Prestação Anual de Contas – PAC. O valor contabilizado em 2013 refere-se a quota de dezembro de 2012.

**g) Encargo do consumidor – CDE**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também foram definidos pela ANEEL, através das Resoluções Homologatórias nºs 1.243, de 13 de dezembro de 2011 e Resolução Homologatória nº 1.409, de 24 de janeiro de 2013.

**h) Encargo do consumidor – CCC**

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. Os valores a serem pagos também foram definidos pela ANEEL, através das Resoluções homologatórias nºs 1.337, de 21 de agosto de 2012 e 1.193, de 23 de agosto de 2011.

Através da Resolução Homologatória nº 1.445, de 24 de janeiro de 2013 – Art. 6º, a ANEEL determina a isenção do pagamento a partir do mês de fevereiro da quota anual da CCC pela CEAL. O valor contabilizado em 2013 refere-se à parcela de janeiro de 2013.

**30. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

**(1) Energia elétrica comprada para revenda**

	<b><u>31.12.2013</u></b>	<b><u>31.12.2012</u></b>
Partes relacionadas	(120.950)	(203.770)
CCEE Curto prazo	(98.182)	(41.105)
CCEE - Contratação energia de reserva	(2.618)	(7.197)
CCEE - Cotas de garantia física (a)	(34.749)	
CCEE - Cotas partes Angra I e II (b)	(17.457)	
MCS D (c)		(95.990)
Proinfa	(17.300)	(13.433)
Terceiros	(307.527)	(138.379)
(-) Repasse CDE (d)	59.605	
(-) Crédito PIS/COFINS (e)	34.398	37.360
	<b><u>(504.780)</u></b>	<b><u>(462.514)</u></b>

**Os itens (a), (b) e (c) estão descritos na nota 17**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**(d) Repasse CDE**

O Decreto nº 7.945, de 07 de março de 2013, determinou que os recursos da CDE fossem destinados as distribuidoras para neutralizar a exposição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; e para cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. O montante mensal dos recursos são homologados pela ANEEL e repassados pela Eletrobras, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da CCEE, a partir das operações de janeiro de 2013.

A Aneel homologará, nos processos tarifários realizados nos doze meses subsequentes à data de 8 de março de 2013, os montantes anuais de recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobras para cobrir, total ou parcialmente, o resultado positivo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA, decorrentes do custo de aquisição de energia elétrica e das despesas.

**(e) Crédito PIS/COFINS**

A Companhia utiliza os créditos das contribuições do PIS e da COFINS e que são tomados em de acordo com o Artigo 3º das Leis 10.637/2002, que dispõem sobre Programa de Integração Social – PIS, e 10.833/2003 da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS pelo regime não cumulativo e cumulativo.

Os débitos são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução de receita pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor do regime não cumulativo e cumulativo as alíquotas utilizadas são de 1,65% e 7,6% e ainda 0,65% e 3,00%, respectivamente.

A Companhia, quando da determinação das bases de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS considera, também, o que determina o Artigo 7º e parágrafo Único da Lei 12.873/13.

**Variações:**

Neste exercício de 2013 a Companhia ficou involuntariamente subcontratada em 93,9% em relação ao consumo necessário para atender ao seu mercado anual.

Os fatores que levaram a Companhia a esse cenário de exposição foram:

- Ao não ocorrer o Leilão A-1, em Dezembro/2012, onde a Companhia havia declarado a sua necessidade complementar para atendimento ao seu mercado em 2013, a empresa não foi atendida na plenitude da sua demanda através do regime de cotas, vez que Geradores importantes não acataram as condicionantes para renovação da sua concessão, impostas pela MP 579- convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013;
- A ANEEL revogou as licenças de algumas geradoras térmicas, principalmente do Grupo Bertin, assim como a CCEE cancelou contratos de algumas térmicas, que estavam no nosso mix de contratação para o ano;
- O início do suprimento de energia de alguns novos geradores para 2013, proveniente do 2º Leilão de Fontes Alternativas realizado em 2010, foi postergado para ser efetivado ao longo dos meses do ano, e não a partir de 1º de janeiro de cada ano, como é habitualmente adotado nos contratos;
- O início do suprimento de energia de alguns novos geradores para 2013, proveniente do 7º Leilão de Energia Nova realizado em 2008, ocorreu com atraso, englobando tanto empreendimento hídrico (Jirau) quanto térmicos.

Através da Resolução Homologatória nº 1.606 de 27.08.2013, a ANEEL homologou o reembolso com recursos CDE para cobertura da CVAenergia no valor de R13.120.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, demonstramos o montante de energia elétrica comercializada pela Companhia.

	<b>MWh (não auditado)</b>	
	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Modalidade quantidade	1.843.481	3.975.915
Modalidade disponibilidade	687.723	279.480
Cotas	1.447.713	
Angra I e II	124.500	
Proinfa	78.002	72.622
Mercado de curto prazo	351.267	93.918
	<b>4.532.686</b>	<b>4.421.935</b>

**(2) Encargos de uso do sistema de distribuição**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Partes relacionadas	(13.172)	(25.965)
Encargo Serviço do Sistema- ESS	(36.480)	(11.175)
(-) Reembolso CDE	39.590	
(-) Crédito PIS/COFINS	2.179	4.822
Terceiros	(13.581)	(26.956)
	<b>(21.464)</b>	<b>(59.274)</b>

A redução no valor pago de encargos do uso do sistema de transmissão ocorreu com a Resolução Normativa nº 522 de 17 de dezembro 2012, para atender a medida provisória nº 579 (renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição) de 11 de setembro de 2012 e o Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012. Em janeiro de 2013, houve uma redução média de 63,8% nas tarifas do encargo de transmissão, o que favoreceu na diminuição da tarifa ao consumidor final.

O aumento no Encargo de Serviço do Sistema – ESS está ligado ao aumento do despacho térmico, em decorrência do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Esse encargo é utilizado para bancar as térmicas consideradas como fora de ordem mérito, ou seja, as térmicas mais caras e que servem para segurança do sistema elétrico. O valor está apresentado líquido do repasse de recursos da CDE recebido na revisão tarifária no valor de R\$ 14.747, para cobrir o encargo de aversão ao risco – CAR e o encargo por razão de segurança energética, conforme Resolução Homologatória nº 1.606, de 27 de agosto de 2013.



ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**31. CUSTO DE OPERAÇÃO, CUSTO DE SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS E DESPESAS OPERACIONAIS**

DESCRIÇÃO	31.12.2013			
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	Total
Pessoal (a)	(179.523)		(64.816)	(244.339)
Administradores			(398)	(398)
Material	(1.415)		(401)	(1.816)
Serviço de terceiros (b)	(34.459)		(40.216)	(74.675)
Custo de construção		(104.440)		(104.440)
Taxa de fiscalização			(2.019)	(2.019)
Depreciação e amortização	(23.897)		(2.462)	(26.359)
Arrendamentos e alugueis	(3.391)		(1.054)	(4.445)
Seguros	(1)		(481)	(482)
Tributos	(1.623)		(327)	(1.950)
Doações	(140)		(7)	(147)
(-) Recuperação de despesas	1.109			1.109
Custos implantação MCPSE	(742)			(742)
Provisões líquidas (c)			53.451	53.451
Perdas de contas incobráveis (d)			(95.871)	(95.871)
Outros (e)	(5.980)		(21.245)	(27.225)
<b>Total</b>	<b>(250.062)</b>	<b>(104.440)</b>	<b>(175.846)</b>	<b>(530.348)</b>

DESCRIÇÃO	31.12.2012			
	Custo de Operação	Custo de Construção	Despesas Operacionais	Total
Pessoal (a)	(106.187)		(49.366)	(155.553)
Administradores	(74)		(291)	(365)
Material	(2.948)		(427)	(3.375)
Serviço de terceiros (b)	(43.955)		(35.728)	(79.683)
Custo de construção		(117.870)		(117.870)
Taxa de fiscalização			(1.773)	(1.773)
Depreciação e amortização	(20.888)		(1.449)	(22.337)
Arrendamentos e alugueis	(3.127)		(889)	(4.016)
Seguros	(15)		(707)	(722)
Tributos	(1.714)		(370)	(2.084)
Doações	(161)		(48)	(209)
(-) Recuperação de despesas	1.389			1.389
Custos implantação MCPSE	(8.078)			(8.078)
Provisões líquidas (c)			(95.129)	(95.129)
Perdas de contas incobráveis			(8.509)	(8.509)
Outros	(3.377)		(3.197)	(6.574)
<b>Total</b>	<b>(189.135)</b>	<b>(117.870)</b>	<b>(197.883)</b>	<b>(504.888)</b>



**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**a) Pessoal**

Nesta rubrica houve uma variação de 63,02% decorrente da implantação do Plano de Incentivo ao Desligamento que foi aprovado pela Diretoria através da Resolução 075/2013, de 17 de maio de 2013 e referendado pelo Conselho de Administração através da Deliberação nº 022/2013, de 21 de maio de 2013, com os seguintes incentivos:

<b>Incentivo</b>	<b>Período de desligamento: julho a dezembro/2013</b>	<b>Período de desligamento: janeiro a novembro /2014</b>
Incentivo por ano trabalho	0,65 remuneração	0,50 remuneração
Limite de tempo	35 anos	24 anos
Incentivo mínimo	R\$ 100 mil	Não se aplica
Incentivo máximo	R\$ 600 mil	R\$ 250 mil
Indenização complementar	Equivalente aos 40% do saldo FGTS	Equivalente aos 40% do saldo FGTS
Limite total	Não se aplica	R\$ 400 mil
Plano de Saúde	60 meses	12 meses

Este plano teve a adesão de 264 funcionários a um custo de R\$ 74.532, sendo desligados 246 funcionários em 2013 e 18 funcionários serão desligados nos meses de outubro e novembro 2014.

Excluindo o PID a variação foi de 8,53% decorrente do reajuste salarial em 7.29% e da admissão de 27 empregados remanescentes do concurso realizado em 2009. Neste exercício constata-se a redução em várias rubricas nas despesas de pessoal: como medidas de redução de horas extras, periculosidade e outras remunerações e da transferência para investimentos;

**b) Serviço de terceiros**

O aumento nesta rubrica foi decorrente de gastos com manutenção e conservação do sistema operacional da Companhia decorrente da melhoria contínua no atendimento dos consumidores, e do crescimento da área atendida.

**c) Provisões líquidas**

	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2012</b>
Trabalhistas	(5.887)	(7.762)
Perdas em estoque	902	255
Cíveis	13.569	(9.490)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	44.867	(78.132)
	<b>53.451</b>	<b>(95.129)</b>

- Trabalhistas – A variação na rubrica de contingências é decorrente de baixas de processos;
- Provisões para crédito de liquidação duvidosa – reversão da contabilização dos juros/variação monetária sobre a conta de clientes; transferência para perdas faturas até R\$ 30.000,00 vencidas a mais de um ano, com procedimentos judiciais conforme Legislação e entendimento da administração, conforme determinado na nota técnica DF 003/2013;

## ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Cíveis – Após uma análise das decisões proferidas em sede dos juizados especiais percebeu-se que a média das condenações são consideravelmente inferiores aos pleitos formulados pelos demandantes, que representa a média das decisões proferidas entre os meses de janeiro a agosto de 2013. Neste caso, na obtenção da média dos valores de condenação consideramos todos os processos sentenciados no período, mesmos aqueles em que não houve condenação, sendo o pleito do demandante julgado improcedente.

#### **d) Perdas para contas incobráveis**

- Aumento de 1.026% passando de R\$ 8.509 para R\$ 95.871 da rubrica de perdas de contas a receber incobráveis pela baixa de títulos de acordo com os artigos 9º a 12ª, da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, e 340 a 343, do Regulamento do Imposto de Renda/1999, que estabelecem que os valores contabilizados como perdas possam ser considerados dedutíveis em substituição à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### **e) Outros**

O aumento nesta rubrica foi decorrente de dois principais fatores:

- Para implantação do Manual de Controle Patrimonial, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 26 de junho de 2009, foi contratada empresa para execução dos serviços de inventário físico de bens e instalações em serviços, com conciliação dos respectivos registros e saldos contábeis. Os ajustes foram efetuados em março/2013, impactando no resultado em R\$ 16.323.
- Provisão das perdas do ativo financeiro – intangível no valor de R\$ 4.727, referente sobras contábeis da Base de Remuneração Regulatória.

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**32. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
Receitas		
Renda de aplicações financeiras	1.705	2.513
Variação monetária - parcelamento	7.961	7.988
Variação monetária - depósito judicial	387	1.198
Variação monetária - conta de energia	6.667	16.176
Variação monetária - outras	304	333
Acréscimo moratórias conta de energia	26.465	42.774
Juros sobre parcelamentos	14.903	8.236
Outras	49	194
	<b>58.441</b>	<b>79.412</b>
Despesas		
Encargos de dívidas (líq. transferências p/intangível e financeiro)	(43.933)	(31.011)
Variação monetária - fornecedores	(2.396)	(1.875)
Variação monetária - financiamentos e empréstimos	(39)	(1.430)
Variação monetária - taxa de câmbio	(189)	(109)
Variação monetária - AFAC	(10.228)	(14.160)
Variação monetária - PEE e P&D	(448)	(683)
Variação monetária - energia livre	(218)	(343)
Variação monetária - outros	(664)	57
Variação monetária - FACEAL	(1.019)	(2.199)
Juros ICMS baixa renda	(1.430)	(1.588)
Juros e taxa de administração - FACEAL	(865)	(988)
Outras despesas financeiras - multas ANEEL/ARSAL	(3.636)	(2.984)
Outras despesas financeiras - devolução aos consumidores	(5.296)	(4.856)
Outras despesas financeiras - IOF	(5.495)	(2.766)
Outras despesas financeiras - multas moratórias	(653)	(383)
Outras	(7.662)	(4.565)
	<b>(84.171)</b>	<b>(69.883)</b>
	<b>(25.730)</b>	<b>9.529</b>

**Variação monetária em conta de energia** - Em cumprimento a Resolução 414/2010 de 09 de setembro de 2010 que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada, e em seu Art. 136, determina que seja facultada a cobrança de atualização monetária com base na variação do IGP-M. Esta cobrança começou a ser contabilizada a partir de maio de 2011, retroativa a janeiro de 2011.

**Encargos de dívidas** - Do valor provisionado estão incluídos os valores da capitalização dos contratos com a Eletrobras que é nosso maior credor, pois oferece taxas de juros menores que praticados no mercado e na maioria não incorporam os juros ao saldo do contrato durante o período de carência (24 meses) além da repactuação dos ECF's 2987, 2971, 2917, 2860, 2976, 2900 que deveriam ser amortizados em 2012 e tiveram seus prazos de carência dilatados. (2012 - R\$ 31.011 e 2011 - R\$ 26.755), estão também incluídos os valores da capitalização dos contratos com a Eletrobras que estão no período de carência (2011 - R\$ 743 e 2010 - R\$ 448).

**Variação monetária dos Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)** - atualização pela taxa SELIC dos adiantamentos concedidos pela Eletrobras, ainda não capitalizados no período de um ano, conforme Resoluções de liberações dos recursos.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**33. PLANO NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DE ENERGIA ELÉTRICA (não auditado)**

A Resolução ANEEL nº 223, de 29.04.2003, alterada pela Resolução nº 52, de 25.03.2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

A Lei nº 10.762, de 11.11.2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos com menor índice de eletrificação e limitou esse atendimento a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

Em 02 de abril de 2013, a ANEEL reconsiderou seu despacho anterior de 2012 que decretava o meio rural do Estado de Alagoas como universalizado, logo a empresa ficou apta a apresentar uma nova proposta para universalização, conforme critérios definidos na Resolução Normativa nº 563, de 09 de julho de 2013.

**a) Programa Luz para Todos**

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Luz para Todos, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Com a publicação do Decreto nº 7.324, de 05/10/2010, o Programa Luz para Todos foi estendido até dezembro de 2011 para que os contratos de financiamento firmados e que estivessem em tramitação fossem concluídos. Posteriormente, através dos Decretos nºs 7.520 e 7.656, de 08/07/2011 e 23/12/2011, respectivamente, o programa foi estendido até 2014.

Em 2013, foram eletrificados 2.008 domicílios rurais, beneficiando uma população estimada em 10.040 pessoas, totalizando 92.881 ligações desde o início do Programa em 2004 – produzindo um total de 464.405 pessoas beneficiadas. As ligações realizadas em 2013 estão distribuídas em 238 obras de eletrificação rural, em todas as regiões do estado de Alagoas – a um custo aproximado de 9,8 milhões de reais.

Conforme Resolução Normativa nº 563, de 09 de julho de 2013, a Companhia encaminhou para a ANEEL um nova proposta de revisão para o seu Plano de Universalização, para a área rural, em cumprimento ao art. 6º dessa Resolução, contendo 15.629 domicílios sem energia elétrica já identificados.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia assinou um novo Termo de Compromisso junto ao MME, ANEEL e Eletrobras, o qual determina as metas de ligações previstas para Alagoas em 2014 – 10.479 domicílios para eletrificar.

O Programa também contempla investimentos na rede de distribuição da empresa, aumentando a capacidade das linhas relacionadas às obras do Programa. Assim, em 2013 foram reformados/construídos 30,20 km de linhas de distribuição (Reforço de Rede), bem como, instalados 03 unidades de Reguladores de Tensão do tipo Monofásico 15,0kV 276kVA. Destacando em 2013, a construção do Alimentador Porto Calvo/Porto de Pedras com 26,05 km de linha distribuição.

Essas obras de Reforço de Rede geram vários benefícios para os consumidores, tanto os atendidos pelo Programa como os já existentes. Podemos citar como benefícios a melhoria da qualidade do fornecimento e confiabilidade do sistema, contribuindo para a redução das perdas no Sistema Elétrico da Companhia.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Não Auditado							
	1ª Tranche ECFS 004/04, de 27/05/04	2ª Tranche ECFS 107/05, de 14/12/05	3ª Tranche ECFS 171/07, de 28/02/07	4ª Tranche ECFS 196/07, de 07/11/07	5ª Tranche ECFS 242/08, de 04/12/08	6ª Tranche ECFS 250/09, de 21/08/09	7ª Tranche ECFS 311/10, de 09/11/10	8ª Tranche ECFS 326/12, de 04/06/12
Recursos								
Eletrobras CDE	20.482	37.574	51.084	34.989	58.926	60.996	35.463	18.273
Eletrobras RGR	5.120	9.394	12.771	8.747	14.731	13.071	7.599	3.916
Empresa	12.863	8.288	11.269	7.718	12.998	13.071	7.599	3.916
	<u>38.465</u>	<u>55.256</u>	<u>75.124</u>	<u>51.454</u>	<u>86.655</u>	<u>87.138</u>	<u>50.661</u>	<u>26.105</u>
Ingressos de recursos								
Eletrobras CDE	26.673	24.662	45.976	31.490	53.033	42.698	31.917	16.446
Eletrobras RGR	6.668	6.165	11.494	7.873	13.258	9.150	6.839	3.524
	<u>33.341</u>	<u>30.827</u>	<u>57.470</u>	<u>39.363</u>	<u>66.291</u>	<u>51.848</u>	<u>38.756</u>	<u>19.970</u>
Gastos incorridos								
CDE, RGR e Empresa	33.813	55.134	67.658	36.262	66.320	74.757	59.573	23.286
Ingressos (devoluções) a realizar								
Recursos devidos	25.602	46.968	63.855	29.069	73.657	74.067	43.062	19.970
Recursos recebidos	33.341	30.827	57.470	39.363	66.291	51.848	38.756	19.970
	<u>(7.739)</u>	<u>16.141</u>	<u>6.385</u>	<u>(10.294)</u>	<u>7.366</u>	<u>22.219</u>	<u>4.306</u>	
Nº de ligações								
Ligações executadas	15.434	10.954	13.147	7.500	14.164	12.184	11.000	4.652
Avanço físico (%)	95,23	83,57	81,83	81,98	70,57	71,00	70,00	93,11
Ligações em execução								
Ligações totais (acum.)	15.434	26.388	39.535	47.035	61.199	73.383	84.383	89.035

**34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Encontram-se registrados, na Parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurados valores decorrentes da base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No quadro abaixo está demonstrado a posição desses créditos, sendo que a Companhia não está provisionando tais créditos fiscais em função do histórico de prejuízo:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>01.01.2012</u>
Prejuízos fiscais	568.864	398.117	345.238
Base negativa de contribuição social	<u>610.221</u>	<u>369.860</u>	<u>387.712</u>
	<u>1.179.085</u>	<u>767.977</u>	<u>732.950</u>

**35. SEGUROS**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas seguindo a Política de Gerenciamento de Seguros definida pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações.

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém a cobertura de seguros para Riscos Nomeados, Veículos e Seguro de Vida, levando em conta o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme estabelecidas pelas Leis nº 8.666/93, nº 8.987/95 e nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e demais legislações aplicáveis.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Riscos Nomeados - subestações	3/4/2013 a 03/04/2014	51.715	360
Riscos nomeados - imóveis próprios e locado	3/4/2013 a 03/04/2014	36.854	38
Veículos	01/11/2013 a 01/11/2014	100% da tabela FIPE	17
Seguro de vida	01/06/2013 a 01/06/2014		Variável
			<b>415</b>

- a) Riscos nomeados** - seguro com Itaú Seguros, a cobertura securitária de bens abrangem na Apólice 05 96 000632, imóveis próprios, locados e almoxarifados com suas respectivas edificações, equipamentos e mercadorias. Na Apólice 05 96 000631, estão cobertos edificações e os principais equipamentos das subestações com seus respectivos valores segurados e Limites Máximos de Indenizações (LMI). A cobertura abrange avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado (prédios e subestações), provocados por roubo e furto, incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, vendaval, cobertura de equipamentos eletrônicos, cobertura adicional de danos elétricos, além de cobertura para inclusões/exclusões de bens/locais e alterações de Valores em Risco (aumento/redução/transferências) automaticamente amparados pelo seguro com um Valor em Risco máximo de R\$ 5.000.000,00;
- b) Veículos** - seguro com Porto Seguro Cia de Seguros Gerais para cobertura da frota própria: danos materiais, danos corporais, morte, invalidez permanente, perdas e danos materiais de origem súbita, com assistência 24 horas e garantias aos vidros, para todos veículos de frota própria, além da cobertura de casco (100% da Tabela FIPE) para os veículos de frota própria de grande porte;
- c) Seguro de vida** - seguro contratado com a Sul América Seguros, para funcionários, com o limite máximo de indenização (LMI) de 30x o salário base limitado a um a salário de R\$ 3.266,99 com as seguintes coberturas: morte qualquer causa, indenização especial por morte acidental (I.E.A); invalidez permanente ou parcial por acidente (I.P.A); invalidez funcional permanente total por doença e garantia de inclusão de cônjuges com 50% da cobertura básica.

### 36. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou operações comerciais com partes relacionadas, como compra de energia elétrica, operações de empréstimos e financiamentos, pessoal cedido e encargos de uso da rede de distribuição, pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos, natureza e condições das transações estão demonstrados a seguir:

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>
	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>	<b>Receitas (Despesas)</b>
<b>ELETROBRAS</b>				
Emprést. e financiamentos - encargos	(603.756)	(421.259)	(42.440)	(28.845)
Adiantamento para aumento de	(7.698)	(176.514)	(10.228)	(14.160)
Suprimento de energia			(14.827)	(13.433)
Pessoal cedido a empresa	74	50		
Pessoal cedido a CEAL	(114)		(1.235)	(864)
	<u>(611.494)</u>	<u>(597.723)</u>	<u>(68.730)</u>	<u>(57.302)</u>
<b>CHESF</b>				
Suprimento de energia		(5.023)		(47.132)
Encargos de uso do sistema	(1.078)	(1.599)	(10.276)	(14.157)
Pessoal cedido a empresa	(96)	140		
Pessoal cedido a CEAL			(347)	(347)
	<u>(1.174)</u>	<u>(6.482)</u>	<u>(10.623)</u>	<u>(61.636)</u>
<b>FURNAS</b>				
Suprimento de energia e uso da rede	(15.675)	(6.389)	(57.961)	(74.646)
Encargos de uso do sistema	(132)	(2.381)	(1.170)	(5.484)
	<u>(15.807)</u>	<u>(8.770)</u>	<u>(59.131)</u>	<u>(80.130)</u>
<b>ELETROBRAS ELETRONUCLEAR</b>				
Suprimento de energia	(17.502)		(1.584)	(16.314)
<b>CGTEE</b>				
Suprimento de energia	(515)	(364)	(3.764)	(2.852)
<b>ELETRONORTE</b>				
Suprimento de energia	(5.054)	(5.160)	(43.261)	(48.147)
Encargos de uso do sistema	(56)	(369)	(507)	(3.326)
	<u>(5.110)</u>	<u>(5.529)</u>	<u>(43.768)</u>	<u>(51.473)</u>
<b>CELG</b>				
Suprimento de energia	(1)		(16)	
Encargos de uso do sistema	(2)	(9)	(25)	(96)
	<u>(3)</u>	<u>(9)</u>	<u>(41)</u>	<u>(96)</u>
<b>ELETROSUL</b>				
Suprimento de energia	(123)	(128)	(1.121)	(1.245)
Encargos de uso do sistema	(137)	(319)	(1.194)	(2.903)
Pessoal cedido a empresa		5		(179)
	<u>(260)</u>	<u>(442)</u>	<u>(2.315)</u>	<u>(4.327)</u>
<b>AMAZONAS ENERGIA</b>				
Rateio TV Lume	(107)	(700)	(383)	(945)
Pessoal cedido a empresa		(28)	(325)	(356)
	<u>(107)</u>	<u>(728)</u>	<u>(708)</u>	<u>(1.301)</u>
<b>BOA VISTA ENERGIA</b>				
Pessoal cedido a empresa	(21)		(231)	(234)
	<u>(21)</u>		<u>(231)</u>	<u>(234)</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO PIAUÍ</b>				
Pessoal cedido à ED PIAUÍ	228	249		
	<u>228</u>	<u>249</u>		
	<u>(651.765)</u>	<u>(619.798)</u>	<u>(190.895)</u>	<u>(275.665)</u>

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais negócios entre as partes relacionadas são:

**a) Contrato de conexão do sistema de transmissão (CUST)**

Chesf – Contrato nº 090/2002, de 31.12.2002 – Termo aditivo nº 12 de 11.01.2013, com vigência até a extinção da concessão, corrigido anualmente pela regulamentação da ANEEL.

**b) Contrato de conexão do sistema de transmissão (CCT)**

Contratos com a Chesf, com vigência a partir da assinatura, permanecendo até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.

<b>CONTRATO</b>	<b>SUBESTAÇÃO</b>
CCT nº 14/02/2000 - 4º termo aditivo em 22.10.2012	Maceió Chesf
CCT nº 2000/027/00 - 6º termo aditivo em 22.10.2012	Angelim, Penedo, Rio Largo, Xingó e Zebú
CCT nº 001/2007 - 5º termo aditivo em 22.10.2013	Abaixadora, Angelim, Moxotó, Penedo, Xingó e Zumbi
CCT nº 006/2010 - 4º termo aditivo em 22.10.2012	Penedo e Maceió
CCT 055/2010, de 04.10.2012- 1º termo aditivo em 22.10.2013	Arapiraca III-ART
CCT 007/2012, em 16.05.2012 - 1º termo aditivo em 22.10.2013	ZEBÚ II e ZBD
CCT nº 008/2012, em 15.05.2012 - 1º termo aditivo em 22.10.2013	ZEBÚ II
CCT nº 054/2012, em 27.12.2012 - 1º termo aditivo em 22.10.2013	Maceió II



**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), promovidos e regulamentados pela ANEEL**

<b>CONCESSIONÁRIA</b>	<b>CONTRATO</b>	<b>PRODUTO</b>
ELETRONORTE	CT nº 556/2004 CT nº 855/2004 CT nº 1217/2005 CT nº 1013/2005 CT nº 9219/2009 CT nº 10919/2011	2006/2013 2007/2014 2008/2015 2008/2015 2010/2014 2012/2014
FURNAS	CT nº 661/2004 CT nº 917/2004 CT nº 2806/2005 CT nº 1793/2005 CT nº 10923/2005 CT nº 10918/2011 CT nº 7163/2005 CT nº 6058/2007	2006/2013 2007/2014 2010/2039 2010/2039 2008/2030 2012/2014 2009/2016 2012/2026
CGTEE	CT nº 1115/2005 CT nº 2683/2005 CT 2009/2016	2008/2015 2010/2024 2009/2016
ELETROSUL	CT nº 2747/2005 CT nº 4460/2006 CT nº 5994/2007	2010/2039 2011/2040 2012/2041
CELG	CT 7146/2006	2007/2014
ELETRONUCLEAR		2013 a janeiro/2014 2013 a dezembro/2014

**d) Regime de cotas de garantia física – Aquisição de energia por quotas conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, das empresas do sistema: FURNAS E CHESF. Quanto foi para cada empresa**

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>	
	<b>Órgãos Federais</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Órgãos Federais</b>	<b>TOTAL</b>
Consumidores e revendedores	2.863	2.863	3.008	3.008
<b>Total</b>	<b>2.863</b>	<b>2.863</b>	<b>3.008</b>	<b>3.008</b>

<b>RESULTADO</b>	<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>	
	<b>Órgãos Federais</b>	<b>TOTAL</b>	<b>Órgãos Federais</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>RECEITA</b>		<b>RECEITA</b>	
Outras receitas	13.231	13.231	14.165	14.165
<b>Total</b>	<b>13.231</b>	<b>13.231</b>	<b>14.165</b>	<b>14.165</b>

**37. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

A maior e menor remuneração, para empregados da Companhia, tomando-se por base o mês de dezembro de 2013, foi de R\$ 21.383,13 e R\$ 1.954,65 (em 2012, R\$ 25.542,99 e R\$ 1.266,43, respectivamente). O salário médio e a remuneração média foram de respectivamente, de R\$ 2.867,53 e R\$ 3.100,02 (em 2012, R\$ 3.014,58 e R\$ 4.663,45, respectivamente).

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 38. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE

O pessoal-chave da administração inclui o diretor de operação e os conselheiros. A remuneração referente a salários e encargos pago ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Honorários	398	365
Encargos sociais	80	73
	<u>478</u>	<u>438</u>

#### 39. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (Não auditado)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Empregados treinados (nº)	3.696	2.696
Homem hora treinados (h)	28.687	54.574
Média hora de treinamentos (h)	1,16	2,10
Índice de empregados treinados (%)	318,89	205,18
Força de trabalho treinada (%)	273,37	105,35
Investimento total (R\$ mil)	749	1.071
Valor médio investido por empregado (R\$)	202,68	397,44

#### 40. LEILÃO DE ENERGIA

Durante o ano de 2013, a companhia participou de quatro leilões para compra de energia elétrica. Em agosto foi realizado o 16º leilão de energia nova (A-5) para início de suprimento em 2018, no qual foram comercializados 13.699 MW médios. No mês de outubro, ocorreu o 17º leilão de energia nova (A-3) com início de suprimento em 2016, onde foram contratados 5.626 MW médios. Em dezembro ocorreram dois leilões de energia elétrica. No dia 13, foi realizado o 18º leilão de energia nova (A-5), no qual foram contratados 31.076 MW médios com início de suprimento para 2018 e no dia 17 ocorreu a realização do 12º leilão de energia de empreendimentos existentes, onde foram contratados 57.769 MW médios com início de suprimento a partir de 2014.

	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Após 2019</u>
Contrato de Compra e Venda de Energia - CCEAR						
Valores em MWH ( <b>não auditado</b> )	4.561.830	4.845.171	4.715.168	5.136.370	5.136.370	5.136.370
Tarifa média de compra 2013/17	118,14	124,04	130,24	150,77	150,77	150,77
Valores (R\$ mil)	538.914	601.006	614.124	774.432	774.432	774.432

#### 41. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia executa as atividades de acordo com os princípios estabelecidos pela Política Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente, cumprindo a legislação ambiental e complementando-a com normas internas, através do Processo Local de Meio Ambiente, cujas ações em 2013 destacam-se:

- Melhora no Índice de Desempenho do Atributo relacionado ao Meio Ambiente (IDAT ABRADDEE - Meio Ambiente), onde alcançamos 81,4%, representando uma melhoria da 15,5% em comparação a 2012;
- Aquisição de 13 (treze) Licenças Ambientais, sendo: 08 (oito) Licenças Prévias, 01 (uma) Licença de Instalação, 01 (uma) Licença de Pré-Operação, 02 (duas) Licenças de Operação -

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

referentes à instalação de Linhas de Transmissão e Subestações em todo o Estado, contribuindo significativamente para atender a demanda de energia do mercado;

- Renovação da Licença de Operação da Linha de Distribuição em 69kV Inhapi/Santana do Ipanema;
- Acompanhamento de pessoal necessário para a execução do serviço de podas de árvores, cumprindo a legislação ambiental;
- Realizada a recomposição florestal referente à supressão no trajeto da Linha de Distribuição em 69kV Tabuleiro dos Martins (Maceió)/Polo Cloroquímico (Marechal Deodoro).

O licenciamento ambiental é um instrumento que regulariza a instalação/operação de empreendimentos, seguindo as diretrizes de proteção ambiental, assim em 2013 obtivemos:

- Licença de Pré-Operação, referente à obra da Linha de Distribuição 69kV Arapiraca II/Arapiraca III;
- Licença de Operação, referente à obra da Linha de Distribuição em 69kV Tabuleiro dos Martins/Polo;
- Licença de Operação, referente à obra da Linha de Distribuição em 69kV Cruz das Almas/Stella Maris e SE Stella Maris.
- Renovada a Licença de Operação, referente à obra da Linha de Distribuição em 69kV Inhapi/Santana do Ipanema.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**42. COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO**

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica são:

Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2015	Volume MW	2.737.098	1.824.732
	Preço MWh	118,14	118,14
	Total	323.348	215.566

Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2016	Volume MW	2.907.103	1.938.068
	Preço MWh	124,04	124,04
	Total	360.604	240.402

Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2017	Volume MW	2.829.101	1.886.067
	Preço MWh	130,24	130,24
	Total	368.474	245.650

Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2018	Volume MW	3.081.822	2.054.548
	Preço MWh	150,77	150,77
	Total	464.659	309.773

Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2019	Volume MW	3.081.822	2.054.548
	Preço MWh	150,77	150,77
	Total	464.659	309.773

Gerador de energia		Empresa do Grupo Eletrobras	Outras
2019	Volume MW	3.081.822	2.054.548
	Preço MWh	150,77	150,77
	Total	464.659	309.773

**43. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**

**43.1 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de taxa de juros.

**Risco de crédito**

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber de clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- i. Programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. Negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso e
- v. Cobrança judicial.

**Risco de liquidez**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Abaixo, posição da conta de fornecedores, encargos setoriais e financiamentos e empréstimos:

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>				
Financiamentos e empréstimos	10.822	5.950		1.114
Fornecedores	147.547			
Obrigações de ressarcimento	50.752			
Obrigações estimadas	13.650			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.698			
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Financiamentos e empréstimos	13.466	9.775	5.691	991
Fornecedores	143.474			
Obrigações de ressarcimento	34.198			
Obrigações estimadas	12.627			
Adiantamento para futuro aumento de capital	176.514			
<b>Em 01 de janeiro de 2012</b>				
Financiamentos e empréstimos	15.444	12.468	14.609	847
Fornecedores	80.831			
Obrigações de ressarcimento	30.311			
Obrigações estimadas	11.291			
Adiantamento para futuro aumento de capital	97.354			

**Risco de taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Esse risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobrás, a juros fixos, conforme divulgado na Nota 16.

ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**43.2 – GESTÃO DE CAPITAL**

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de manter o equilíbrio necessário para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial). Subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
Financiamentos e empréstimos	629.755	447.672	353.272
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(25.646)	(46.006)	(39.365)
<b>Dívida líquida</b>	<b>604.109</b>	<b>401.666</b>	<b>313.907</b>
Total do patrimônio líquido	(21.400)	(67.938)	125.600
<b>Total do Capital</b>	<b>582.709</b>	<b>333.728</b>	<b>439.507</b>
Índice de alavancagem financeira	104%	120%	71%

**1. Instrumentos financeiros por categoria**

<b>Ativo financeiro (Circulante/não circulante)</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	14.817	14.261	14.341
Clientes	402.582	386.907	386.934
Direito de ressarcimento	6.730	6.128	7.108
<b>Disponível para venda</b>			
Ativo financeiro - concessões de serviço público	587.852	449.738	339.518
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Aplicações financeiras	10.829	31.745	25.024
	<b>1.022.810</b>	<b>888.779</b>	<b>772.925</b>
<b>Passivo financeiro (Circulante/não circulante)</b>			
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>			
Financiamentos e empréstimos	629.755	447.672	353.272
Obrigações de ressarcimento	50.752	34.198	30.311
Fornecedores	147.547	141.890	80.831
	<b>828.054</b>	<b>623.760</b>	<b>464.414</b>

## ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos (especulativos ou não especulativos).

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, conforme segue:

1.1- Ativos financeiros – estão classificados nos seguintes grupos:

a) Caixa e equivalentes de caixa – mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado;

b) Clientes – são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos;

c) Ativos financeiros da concessão – são ativos financeiros que representam o direito incondicional de Receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão.

1.2- Passivos financeiros – estão classificados nos seguintes grupos:

a) Fornecedores – são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo;

b) Financiamentos e empréstimos – são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto as instituições financeiras, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis, fazendo que seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2013 com contratos passivos, entre empréstimos e financiamentos, que totalizam R\$ 620.755 (R\$ 447.672 em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2013			31.12.2012			
	Valor	Part. (%)	Varição no Período (%)	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)
Moeda nacional							
INPC	14.864	2,36	4,11	21.703	4,85	26.880	7,61
FINEL	3.947	0,63	1,39	4.815	1,08	5.534	1,57
RGR	189.919	30,16		201.634	45,04	148.471	42,03
SELIC/RO	409.889	65,09	(28,94)	214.809	47,98	156.906	44,42
Outros	10.000	1,59		3.681	0,82	14.476	4,10
	<b>628.619</b>	<b>99,82</b>		<b>446.642</b>	<b>99,77</b>	<b>352.267</b>	<b>99,72</b>
Moeda estrangeira							
Dólar	1.136	0,18	16,76	1.030	0,23	1.005	0,28
	<b>629.755</b>	<b>100,00</b>		<b>447.672</b>	<b>100,00</b>	<b>353.272</b>	<b>100,00</b>

d) Demais passivos financeiros – são mensurados pelo custo amortizado, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**43.3- ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado, mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

<b>Ativo financeiro (Circulante/não circulante)</b>	<b>Nível 1</b>		
	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
Aplicações financeiras	10.829	31.745	25.024

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.

**43.4- QUALIDADE DOS CRÉDITOS DOS ATIVOS FINANCEIROS**

<b>Recebíveis por grupo</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>01.01.2012</b>
<b>Grupo I</b>			
Residencial	65.263	65.350	50.526
Serviço público	5.696	8.862	15.907
	<b>70.959</b>	<b>74.212</b>	<b>66.433</b>
<b>Grupo II</b>			
Industrial	25.187	31.558	28.547
Comercial	41.138	37.096	26.308
Poder público	20.738	21.224	12.183
Rural	12.483	8.943	5.718
Iluminação pública	7.391	5.499	4.437
	<b>106.937</b>	<b>104.320</b>	<b>77.193</b>
<b>Grupo III</b>			
Fornecimento não faturado	18.168	25.281	37.108
Acréscimo moratório	6.375	6.376	2.625
	<b>24.543</b>	<b>31.657</b>	<b>39.733</b>
<b>Total de recebíveis</b>	<b>202.439</b>	<b>210.189</b>	<b>183.359</b>

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidos não incluídos na PCLD, estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial da Companhia conforme descrito abaixo:

Grupo I – Nível de inadimplência compreendido até 20% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido acima de 20,01% do total de recebíveis; e,

Grupo III – Energia vendida e não faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos na medida em que são efetuadas leituras periódicas.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**43.5- Risco de não renovação das concessões**

A Companhia detém a concessão para exploração dos serviços de planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, regulamentadas pela ANEEL com vigência até 2 de julho 2015. A expectativa da administração é que a concessão seja prorrogada. Caso não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

**43.6 - Risco quanto à escassez de energia**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê um novo programa de racionamento.

**44. BASE DE REMUNERAÇÃO**

De acordo com o Contrato de Concessão nº 07/2001 - ANEEL, e termos aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2009, com vigência até 7 de julho de 2015, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia, define a Revisão Tarifária a cada 4 anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no exercício de 2005, a segunda no exercício de 2009 e a terceira neste exercício de 2013.

O conjunto de mudanças aprovadas impacta diretamente numa parcela da tarifa - Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, como, os custos operacionais e os investimentos. Essa parcela representa 40% da conta de energia do consumidor. A Parcela A é menos gerenciável e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais.

A revisão tarifária acontece a cada quatro anos. É neste momento que os custos são reavaliados, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiências por elas obtidos.

**45. REVISÕES TARIFÁRIAS PERÍODICAS**

A ANEEL aprovou as novas regras para os processos relativos ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das tarifas de energia elétrica.

O conjunto de mudanças aprovadas impactou diretamente numa parcela da tarifa, a chamada Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, como os custos operacionais e os investimentos. Essa parcela representa de 25% a 30% da conta de energia que chega ao consumidor. A outra parcela, denominada, Parcela A é menos gerenciável pelas distribuidoras e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais. Ainda são incluídos nas faturas dos consumidores o pagamento de taxas, impostos e tributos definidos pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Dentre os itens alterados, destaca-se a taxa de retorno do capital - WACC, aplicado que era de 9,95% (real e líquido de imposto) e foi reduzida para 7,5% (real e líquido de imposto) respectivamente. A alteração reflete a redução do risco percebido para se investir em distribuição de energia elétrica no País. A revisão das tarifas acontece em média a cada quatro anos e é o momento em que são reavaliados os custos das distribuidoras, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiência por elas obtidos.

**ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A nova metodologia de revisão tarifária ficou em audiência pública (AP nº. 040/2010) de 10/09/2010 a 10/01/2011 (primeira fase) e de 27/04/2011 a 03/06/2011 (segunda fase). Os ciclos de revisão anteriores aconteceram de 2003 a 2006 (1º Ciclo) e de 2007 a 2010 (2º Ciclo). As metodologias aplicáveis ao 3º ciclo foram definidas nos módulos 2 a 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET que tratam do cálculo da revisão tarifária até a estrutura tarifária aplicável, bem como das contribuições recebidas na Audiência Pública – AP Nº 51/2013 que permitiram o aperfeiçoamento do ato homologatório da ANEEL.

A Companhia passou no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP(3º Ciclo). Durante esse processo foram revistos todos os custos da concessionária, a Base de Remuneração Regulatória - BRR, o novo patamar de reconhecimento das perdas regulatórias e as novas metas de atendimento aos indicadores de qualidade. O resultado final da 3RTP está apresentado no quadro com se segue:

	<b><u>27/8/2013</u></b>
Parcela B	301.466
Parcela A	466.380
Receita requerida total	767.845
Reposicionamento tarifário financeiro	-1,86%
Componentes financeiros	5,15%
Efeito médio na tarifa aos consumidores	3,29%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de alta tensão	5,58%
Efeito médio na tarifa aos consumidores de baixa tensãc	2,06%

As novas tarifas terão sua vigência de 28 de agosto de 2013 a 27 de agosto de 2014, sendo que a homologação das novas tarifas foi realizada por meio da Resolução homologatória nº 1.606, de 27 de agosto de 2013.

A ANEEL, ainda, por meio do Despacho nº 2.767, de 02 de agosto de 2013 e nota técnica nº 362/2013-SER/ANEEL, de 16 de agosto de 2013, respectivamente, declarou o valor total da Base de Remuneração – BRR para fins do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para a Companhia:

	<b><u>Valor do Despacho</u></b>
Base de remuneração bruta	1.086.416
Base de remuneração líquida	443.837
Taxa de depreciação	3,97%

(\*) líquido de provisões para perdas ou recuperabilidade (impairment), quando aplicável

A administração da Companhia finalizou processo de análise e conciliação dos valores determinados pela ANEEL e de avaliação dos impactos em suas demonstrações financeiras conforme descrito a seguir.

Para os ativos vinculados à concessão (ativos financeiros e intangíveis), a Companhia avaliou o valor de recuperação desses ativos comparando-os com o valor da BRR líquida, definida pela ANEEL como citado acima, atualizada para 31 de dezembro de 2013 pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-m, bem como foram adicionados e/ou deduzidas às movimentações ocorridas no período de março a dezembro de 2013.

O valor calculado pelo agente regulador superou o valor contábil e, portanto, a Companhia optou por proceder ao ajuste em se tratando de valorização dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

**ELETOBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS****NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>BRR líquida - 16/08/2013</b>	<b><u>443.837</u></b>
Atualização pelo IGP-M	11.675
Depreciação regulatória recebida no tarifa (*)	(26.919)
Adições (baixas) líquidas no período	<u>48.043</u>
<b>BRR líquida ajustada em 31/12/2013</b>	<b><u>476.636</u></b>
<b>Bifurcação entre ativo financeiro e intangível</b>	
Ativo financeiro	436.638
Ativo intangível	<u>39.998</u>
<b>Total dos ativos vinculados à concessão</b>	<b><u>476.636</u></b>

(\*) Nota técnica nº 362/2013 - S R E/ANEEL de 16/03/2013

Neste exercício foi registrado o valor de R\$ 23.717 referente a diferença entre o valor contábil e a Base de Remuneração Regulatória, como Ganhos da Lei nº 12.783/13.

**46. EVENTOS SUBSEQUENTES****a) Regime Tributário de Transição – RTT**

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

Dessa maneira, a administração entende que a aplicação do definido na medida provisória em questão, não afeta o patrimônio da Companhia para o exercício findo de 2013, uma vez que a geração de resultados dos últimos 5 (cinco) anos foi negativa e tampouco a empresa pagou os juros sobre capital próprio – JCP no mesmo período.

Considerando a não adoção da aplicação da legislação tributária em vigor na data do encerramento das demonstrações financeiras da companhia, a administração entende que as avaliações apresentadas nos relatórios contábeis de 2013 consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP, e considerando a quantidade elevada de emendas propostas até a data do encerramento do balanço patrimonial da empresa pode ser possível, que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e qualquer avaliação será revista à luz do texto definitivo, e por consequência, as conclusões.

Importante ainda considerar, neste contexto, que qualquer alteração, ajuste e/ou novas estimativas afetarão exercícios posteriores à data de apresentação das demonstrações financeiras de 2013.

## ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO ALAGOAS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 47. ACESSO DE MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO

Através da Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 517, de 11 de dezembro de 2012 a ANEEL estabeleceu condições gerais para acesso a microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e outras providências.

- Microgeração distribuída: central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 100Kw);
- Minigeração distribuída: central geradora de energia elétrica, com potência instalada superior a 100 Kw e menor ou igual a 1 Mw);
- Sistema de compensação: sistema no qual a energia ativa injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa dessa mesma unidade consumidora ou de outra unidade consumidora de mesma titularidade.

**Maceió, 31 de dezembro de 2013**

**Marcos Aurélio Madureira da Silva**  
Diretor-Presidente

**Ronaldo Ferreira Braga**  
Diretor Financeiro

**Pedro Mateus de Oliveira**  
Diretor de Planejamento e Expansão

**Luis Hiroshi Sakamoto**  
Diretor de Gestão

**Cícero Vladimir de Abreu Cavalcante**  
Diretor de Operação

**Luiz Armando Crestana**  
Diretor Comercial

**Nélisson Sergio Howell**  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Projetos Especiais

**Maria dos Praseres L. P. Moreira**  
Departamento de Contabilidade  
2.731/AI